

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 28

ZERO HORA - RS - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vendas de veículos têm pior primeiro bimestre em 17 anos..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova norma determina publicidade legal em jornais..... 5

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita alerta para golpe de saque do IRPF..... 7

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote envolve tributos e crédito..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação no Estado avança 26% em janeiro..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Golpe de saque da restituição do IRPF..... 10

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto via pix..... 11

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR incide sobre as heranças? - RECLAMAR ADIANTA..... 12

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal libera serviços de Imposto de Renda..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça gratuita para quem pode pagar? (Artigo)..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Pedido de aposentadoria poderá ser presencial..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão pode garantir mais de R\$ 100 mil em atrasados..... 17

ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto cria fundo nacional de enfrentamento do câncer..... 19

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS retoma serviços agendados..... 20

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Valores a receber: veja como ter conta ouro ou prata no gov.br (Banco Central)..... 21

Sexta-Feira, 4 de Março de 2022

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2022: Teve renda de 2 empregos? Veja como declarar 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - INFORME PUBLICITÁRIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A solução passa por medidas coletivas 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Puxadinhos - ELENA LANDAU 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento no barril de petróleo põe governo Bolsonaro na defensiva 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Multinacional vai desembarcar no DF com investimento de R\$ 4 bilhões - CAPITAL S/A
..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços de guerra (Editorial) 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPORTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

De saída do Chelsea, Abramovich moeu técnicos 32

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fundo eleitoral supera orçamento de 99,8% dos municípios 34

ZERO HORA - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras sob pressão de defasagem de 25% - MAIS ECONOMIA 36

ZERO HORA - RS - CAMPO E LAVOURA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Que safra cabe no estoque de fertilizantes - CAMPO E LAVOURA 38

ZERO HORA - RS - ZERO HORA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto zero para importar jet skis, balões e dirigíveis 40

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Redução em imposto para fomentar economia divide opiniões 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

STF mantém Fundão de R\$ 4,9 bilhões 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Investidores estrangeiros invadem a Bolsa brasileira - MERCADO S/A 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pobreza assombra brasileiro 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Endividamento recorde das famílias 46

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação sem trégua no varejo 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Supremo ratifica decisão do Congresso e mantém fundo eleitoral em R\$ 5 bi 49

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Índice de commodities caminha para maior alta semanal em 50 anos 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Apoio da China à Rússia para amortecer sanções econômicas tem limites (Artigo) 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Quanto a Rússia vai sofrer - VINICIUS TORRES FREIRE 55

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Redução no IPI alivia mais preço de carro de valor maior 56

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo da Argentina sela acordo de US\$ 45 bi com FMI; Congresso ainda precisa aprovar
..... 58

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

BC seleciona nove projetos para o real digital 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Após crescer 46% em 2021, crédito imobiliário deve frear 61

ZERO HORA - RS - CONFLITO NA EUROPA
ECONOMIA

Macron avalia que "pior ainda está por vir" 62

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

A economia é o maior problema a ser enfrentado 63

Vendas de veículos têm pior primeiro bimestre em 17 anos

Em desempenho que confirma o pior início de ano do mercado automotivo desde 2005, fevereiro foi mais um mês fraco para as vendas de veículos. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 129,3 mil unidades foram emplacadas no mês passado, 22,8% a menos do que no segundo mês de 2021.

Ainda que levemente superior (alta de 2,2%) ao modesto total de janeiro, o resultado reforça sinais de fragilidade de demanda em meio à combinação de menor disponibilidade de renda dos consumidores com aumento no custo de aquisição dos veículos, tanto nas tabelas de preços das revendas quanto nos financiamentos dos bancos.

A produção das montadoras continua comprometida pela irregularidade no abastecimento de componentes eletrônicos, porém as vendas têm sido inferiores à limitada oferta de carros. Os 255,8 mil veículos emplacados nos dois primeiros meses do ano ficam 24,4% abaixo de 2021 e representam o pior primeiro bimestre em 17 anos.

O balanço foi divulgado ontem pela Fenabrave, associação das concessionárias, e mostra que, somente no mercado de carros de passeio e comerciais leves, como picapes e vans, as vendas caíram 24% em relação a fevereiro de 2021, somando 120,2 mil unidades. Na comparação com janeiro, houve alta de 3,1% no segmento.

IPI O corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) promovido pelo governo na semana passada - de 18,5% no caso dos automóveis - pode ajudar o setor, ainda que seus efeitos possam ser atenuados por puxada da inflação global com a guerra na Ucrânia.

Estimativas de consultorias como Bright Consulting e Jato Dynamics apontam para vendas adicionais na faixa de 100 mil a 200 mil veículos durante o ano em razão do imposto mais baixo. Segundo a Bright, a redução do IPI permitirá ao mercado praticar descontos entre 1,7% e 1,8%, na média, nos preços dos carros.

A Fenabrave diz que pleiteia na **Receita Federal** para que o IPI mais baixo também seja válido a carros em estoque. Adiantou, porém, que irá rever as previsões que, por ora, são de crescimento de 4,6% da comercialização de veículos zero quilômetro neste

ano.

- Vemos segmentos, como o de automóveis, que mostraram recuperação contra janeiro, mas vivemos, ainda, um momento complexo para o setor, no qual muitos têm enfrentado dificuldades para conseguir crédito, além de persistir a escassez de produtos em muitas categorias de veículos em função da falta de insumos e componentes - disse o presidente da Fenabrave, José Maurício Andreta Júnior. -Isso freia o avanço das vendas -acrescentou.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Nova norma determina publicidade legal em jornais

Simony Giuberti

Mais facilidade para abrir empresas

Junta Comercial reforça que normas valem para registros públicos de empresas, como balanços, editais e anúncio de assembleias

Para dar mais transparência nas informações de interesse da população, o governo federal definiu normas que regulamentam a publicidade legal de empresas em jornais de grande circulação em todo o País.

A Junta Comercial do Espírito Santo (Jucees) reforçou tais normas, que são destinadas a registros públicos de empresas, como balanços, demonstrativos contábeis, anúncios de assembleias, editais de convocação e outros.

Uma das mudanças estabelece que empresas sociedades anônimas com receita bruta acima R\$ 78 milhões precisam veicular seus informes em versão resumida no jornal impresso de grande circulação na localidade da sede da companhia, sendo que a íntegra das informações deve ser publicada na página da internet do mesmo veículo.

A mudança já está valendo. A publicação não é opcional, e sim uma obrigação da empresa.

"Publicar em qualquer lugar é um risco para o negócio do cidadão. A empresa tem que publicar onde alcança, onde representa o que a lei determina", explicou Carlos Roberto Rafael, presidente da Junta Comercial do Estado.

Ele detalhou ainda quais são os atos que devem ser publicados nos jornais. "Atos são todos, para qualquer empresa. Tem modificação, tem uma ata, tem que publicar*".

De acordo com o presidente da Jucees, as empresas que não cumprirem a determinação legal poderão ser responsabilizadas.

Entre as punições estão não conseguir registrai* e arquivai* atos futuros nas Juntas Comerciais, impedimento de dividir os lucros isentos acima da presunção entre os sócios e impossibilidade de

requerer recuperação judicial.

"Isso não é só vontade da Junta, é a obrigatoriedade da lei. E por força de lei. Além de deixar a empresa mais transparente", disse.

Por outro lado, a publicação dessas empresas nos Diários Oficiais, seja da União, dos estados ou municípios não se faz mais necessária, com a nova lei.

A norma entrou em vigor no dia 1º de janeiro deste ano. Para que os jornais digitais possam receber as publicações dos conteúdos na íntegra, eles precisam ter a Certificação Digital emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Como forma de facilitar a abertura de empresas, a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (Jucees) lançou a plataforma "Balcão Único ES", na qual empresários ou contadores responsáveis por empresas poderão preencher todas as informações necessárias para a regularização dos negócios.

"Além de mais confiança e mais segurança, o Balcão Único vai trazer mais rapidez também", explicou Carlos Roberto Rafael, presidente da Junta Comercial.

Antes os interessados em abrir novos empreendimentos deveriam preencher o Documento Básico de Entrada (DBE) no site da **Receita Federal**, depois encaminhai* as in-

Balanços

A LEI 13.818/2019 PREVÊ a publicação dos balanços das empresas apenas em jornal de grande circulação no local da sede, de forma resumida e com a divulgação simultânea da íntegra na página do veículo na internet.

ANTES, os atos precisavam também ser publicados no Diário Oficial da União ou do Estado.

DEVEM SE ADEQUAR a esta norma as empresas do tipo sociedades anônimas com receita bruta acima de R\$ 78 milhões.

A LEI COMEÇOU a valer em 1º de janeiro deste ano.

DE ACORDO COM o presidente da Junta Comercial do Estado (Juce-es), Carlos Roberto Rafael, todos os atos de empresa devem ser publicados, tais como balanços, editais de convocação e outros.

formações para a Junta Comercial.

"Com o Balcão Único ES, o procedimento será muito mais rápido, evitando deslocamentos e burocracia que são desnecessários. Tudo será feito pelo Simplifica ES", disse Rafael.

Os dados que eram coletados no DBE agora serão coletados na Ficha de Cadastro Nacional (FCN) e, quando o processo for deferido pela Junta, as informações serão enviadas pelo Integrador Estadual (Simplifica-ES) à **Receita Federal**, que devolverá o CNPJ para o protocolo e alimentará o cadastro dos órgãos integrantes da RedeSim.

No ano passado, 18.272 novas empresas foram abertas em todo o Estado. Somente no mês de dezembro de 2021, o número foi de 1.375 novas empresas. No mesmo período de 2020, haviam sido abertas 38 empresas a menos.

PARA QUE OS JORNAIS digitais possam receber as publicações na íntegra dos conteúdos, precisam ter a Certificação Digital emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Punições

AS EMPRESAS que não cumprirem o que determina a lei podem ser responsabilizadas de várias formas, como por exemplo:

IMPEDIMENTO de dividir os lucros

"As atividades se mantiveram, algumas no mesmo patamar, mas o que se destacou muito nos últimos meses tem relação com o que estamos vivendo", explicou.

Rafael destacou o aumento do registro de Pessoas Jurídicas (PJ) de profissionais da saúde, como fisioterapeuta, médicos, enfermeiros, além de profissionais ligados a transporte e logística. "Houve um crescimento substancial. Essas atividades estiveram sempre entre as 5,6 primeiras nesse período".

isentos acima da presunção entre os sócios.

DIFICULDADES para determinar a parte cabível a cada sócio em caso de dissolução da sociedade.

IMPOSSIBILIDADE de usar os dados fiscais e contábeis como argumento de defesa em casos de processos tributários.

IMPOSSIBILIDADE de requerer recuperação judicial.

NÃO CONSEGUIR analisar nem acompanhar o desempenho financeiro da empresa.

NÃO CONSEGUIR registrar e arquivar atos futuros nas Juntas Comerciais.

SAIBA MAIS

Penalidades para quem não cumprir

Receita alerta para golpe de saque do IRPF

A **Receita Federal** divulgou um alerta sobre mais uma tentativa de golpe envolvendo a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Segundo o órgão, golpistas estão utilizando informações a respeito desses valores para lesar os cidadãos. O órgão alerta para os cuidados com e-mails recebidos. "As comunicações da **Receita Federal** não possuem links de acesso por e-mail. Todas as informações recebidas devem ser confirmadas diretamente no Portal e-CAC, com acesso seguro por meio do Gov.br ou por certificado digital", informou o Ministério da Economia, em nota. Golpes do tipo são bastante comuns. Desta vez, com uma mensagem que traz no assunto Saque Imediato, os criminosos disponibilizam um link malicioso chamado Baixar Chave de Acesso.

Os contribuintes não devem acessar o link. A **Receita Federal** vai disponibilizar, em 7 de março, o Programa Gerador da Declaração (PGD), que marca o início da entrega da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda de 2022. O prazo termina às 23h15 do dia 29 de abril e, até lá, de acordo com o órgão, a expectativa é que 34,1 milhões de declarações sejam enviadas - desse total, estima-se que 60% terão valor a restituir.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edic_a_o_3388

Pacote envolve tributos e crédito

Governo deverá detalhar na semana que vem as medidas para impulsionar a economia

Brasília - A partir da semana que vem o governo lançará medidas para tentar impulsionar a economia. Uma das iniciativas foi adiantada durante esta semana pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em Nova Iorque. De acordo com o ministro, estrangeiros que adquirirem dívidas privadas (títulos de empresas) no Brasil passarão a ter isenção tributária, em uma espécie de equivalência ao que já ocorre no mercado doméstico. A intenção é aproveitar o "caldo" de liquidez que ainda existe no mercado internacional antes que os bancos centrais das principais economias do mundo elevem os juros em reação ao aumento da inflação, o que poderia desviar o destino dos recursos para outras modalidades de aplicação. O impacto da medida está sendo avaliado em R\$ 150 bilhões de forma anualizada.

As iniciativas devem ser apresentadas pouco a pouco. Para o mercado de crédito interno, os estudos apontam medidas voltadas a companhias com faturamento de até R\$ 300 milhões, em um total de R\$ 100 bilhões.

A reabertura do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) também é prevista. Há igualmente redução de 25% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (I-PI), já formalizada em decreto, e o compromisso com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico de zerar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os técnicos ainda buscam receitas para atender a medida como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A **Receita Federal** estima que até 2029 a renúncia fiscal acumulada será de R\$ 7 bilhões. O pacote também prevê liberação de saque de até R\$ 1 mil do FGTS, o que alcançaria 40 milhões de pessoas.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10267>

Arrecadação no Estado avança 26% em janeiro

MICHELLE VALVERDE

A arrecadação de **tributos** federais, em Minas Gerais, iniciou o ano em alta. Ao longo de janeiro, foram recolhidos R\$ 17,66 bilhões, aumento de 25,98% frente a janeiro de 2021 e de 45,8% se comparado com dezembro de 2021. Em nível nacional, a arrecadação total das Receitas Federais atingiu o valor de R\$ 235,321 bilhões, registrando acréscimo real de 18,3% em relação a janeiro de 2021 e alcançando a maior arrecadação de toda a série histórica para o mês. Entre os destaques em Minas Gerais está o aumento de 30,8% na arrecadação do Imposto sobre a Renda - Total (IR).

De acordo com os dados da **Receita Federal do Brasil** (RFB), com o resultado, o Estado respondeu por 7,47% do total arrecadado no País ao longo do primeiro mês do ano.

O valor administrado pela **Receita Federal** no Estado chegou a R\$ 17,6 bilhões em janeiro de 2022. Em janeiro do ano anterior, a movimentação alcançou R\$ 13,9 bilhões.

Frente a dezembro do ano passado (R\$ 12,06 bilhões), a alta ficou em 46%.

A receita previdenciária também cresceu no período.

Ao todo, foram R\$ 3,7 bilhões, ante os R\$ 3 bilhões registrados em janeiro de 2021, o que significa uma alta de 21,6%.

Porém, na comparação com dezembro, o valor caiu 34%, uma vez que, no período, a receita previdenciária chegou a R\$ 5,7 bilhões.

Em janeiro, o maior volume de recursos financeiros veio da arrecadação do Imposto sobre a Renda - Total (IR).

O IR foi responsável pelo recolhimento de R\$ 7,9 bilhões, ficando 30,8% superior quando comparado com janeiro de 2021 (R\$ 6 bilhões).

Frente a dezembro de 2021, o avanço foi de 184%, já que no período o valor gerado foi de R\$ 2,7 bilhões.

No que se refere à arrecadação do IR junto às

peças jurídicas no Estado, o valor somou R\$ 6,3 bilhões, aumento de 37,4% quando comparado com a receita registrada no mesmo mês do ano anterior, que totalizava R\$ 4,6 bilhões.

Na comparação com dezembro (R\$ 1,1 bilhão), a alta foi expressiva e chegou a 445,5%.

Já o recolhimento do IR referente às pessoas físicas somou R\$ 208 milhões, valor 34,4% menor que o arrecadado em igual mês de 2021, quando o montante estava em R\$ 318,2 milhões. Na comparação com dezembro, a queda chegou a 43,2%.

Aumento significativo também foi visto na arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No Estado foi registrado avanço de 38,37% em janeiro, somando R\$ 2,7 bilhões, ante os R\$ 1,9 bilhão vistos em igual mês de 2021. Em relação a dezembro, o valor arrecadado ficou 377,5% maior.

O recolhimento da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) em Minas Gerais somou R\$ 1,37 bilhão no primeiro mês do ano, o que representou um aumento de 7,3% sobre o mesmo intervalo do ano passado. Frente a dezembro, o valor recolhido caiu 4,43%.

Alta também na arrecadação do Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Em janeiro, o PIS movimentou R\$ 450,7 milhões, o que mostra uma alta de 10,34% na comparação com janeiro de 2021, quando foram registrados R\$ 408,4 milhões. No confronto com o mês imediatamente anterior, o avanço ficou em 2,19%.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-04-03-2022/>

Golpe de saque da restituição do IRPF

A **Receita Federal** divulgou um alerta sobre mais uma tentativa de golpe envolvendo a restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Segundo o órgão, golpistas estão utilizando informações a respeito desses valores para lesar os cidadãos. O órgão alerta para os cuidados com e-mails recebidos. "As comunicações da **Receita Federal** não possuem links de acesso por e-mail. Todas as informações recebidas devem ser confirmadas diretamente no Portal e-CAC, com acesso seguro por meio do Gov.br ou por certificado digital", informou o Ministério da Economia, em nota. Golpes do tipo são bastante comuns. Desta vez, com uma mensagem que traz no assunto "Saque Imediato", os criminosos disponibilizam um link chamado Baixar Chave de Acesso. A **Receita Federal** vai disponibilizar na próxima segunda-feira o Programa Gerador da Declaração (PGD), que marca o início da entrega da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda de 2022. O prazo termina às 23h59 do dia 29 de abril e a expectativa é que 34,1 milhões de declarações sejam enviadas. Estima-se que 60% terão valor a restituir.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-04-03-2022/>

Imposto via pix

LUCIANE AMARAL

Neste ano em que o Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) completa 100 anos, a **Receita Federal** preparou várias inovações com a promessa de facilitar a vida do contribuinte. Há agora, por exemplo, a possibilidade de pagamento das cotas do imposto (Darf) via Pix, bem como receber a restituição pelo sistema de transferências. As outras opções de crédito em contas correntes e poupanças seguem valendo. Quem tem imposto a pagar pode parcelar em até oito vezes.

O prazo para envio da declaração do Imposto de Renda referente ao exercício 2021 começa na próxima segunda-feira (7). Os cerca de 31,7 milhões de contribuintes que são obrigados a declarar têm até as 23h59 do dia 30 de abril para enviar o documento. Estima-se que 60% terão valor a restituir.

Além da integração do Pix, há outras mudanças tecnológicas para este ano, como a declaração pré-preenchida em quaisquer plataformas disponíveis (computador, tablet, celular ou E-Cac). A ferramenta permite recuperar os dados da declaração do ano anterior. O serviço será liberado a partir de 15 de março para quem tem conta SouGov nos níveis ouro e prata no sistema gov.br.

Outra novidade é o agrupamento de ativos (Bens e Direitos) e o detalhamento do campo dependentes, em que dados de contato e residência serão acrescidos para a exatidão cadastral.

QUEM DECLARA

Neste ano, estão obrigados a declarar as pessoas físicas residentes no país que, no ano-calendário 2021, receberam rendimentos tributáveis cuja soma foi superior a R\$ 28.559,70; ou que obtiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte cuja soma foi superior a R\$ 40 mil.

A obrigação de prestar contas ao leão também se aplica a quem teve, em qualquer mês, ganhos de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

Proprietário rural que ganhou receita bruta superior a R\$ 142.798,50; que vá compensar prejuízos de anos

anteriores ou de 2021; que teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos de valor superior a R\$ 300 mil.

Também é obrigado a declarar quem passou à condição de residente no Brasil e ou optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais e aplicado na compra de casa no país.

Aposentados e pensionistas também estão sujeitos às mesmas regras dos demais contribuintes para acertar as contas com o Fisco. E quem recebeu auxílio emergencial também deve declarar, já que ele é um rendimento tributável.

DOCUMENTOS E ERROS

Os principais documentos que os contribuintes precisam são as declarações de rendimentos das fontes pagadoras e os comprovantes das despesas informadas, como recibos de saúde, educação e previdência.

Para quem perder o prazo, a multa de atraso das declarações será de 1% a 20% sobre o imposto devido, tendo o valor mínimo de R\$ 165,74. Vale lembrar que, em casos de erros ou divergência de dados na documentação, a recomendação da Receita para evitar o risco de cair na malha fina é buscar a correção junto ao declarante. E, mesmo após o envio da declaração, é possível fazer a retificação.

RESTITUIÇÃO

Como em todos os anos, desde 2019, serão cinco lotes, que começam em 31 de maio, seguindo a ordem de prioridade até 30 de setembro. E quem declarar primeiro deve receber a restituição também nos primeiros lotes.

Aposentados e pensionistas também estão sujeitos às mesmas regras dos demais contribuintes para acertar as contas com o fisco. E quem recebeu auxílio emergencial também deve declarar, já que ele é um rendimento tributável.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=14496>

IR incide sobre as heranças? - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Para responder ao leitor Antônio Carlos de Carvalho é precisamos separar herança de adjudicação de bens. Segundo o advogado tributarista Fábio Ferraz, a adjudicação pura e simples, vinda por ocasião de um pagamento que não possui caráter indenizatório, seria tributada pelo Imposto de Renda da pessoa física, pois tem caráter de pagamento. Já no caso de distribuição de bens através de um inventário, os herdeiros que recebem patrimônio imobiliário ou recursos financeiros, devem declarar à **Receita Federal** o que receberam, porém, estes não sofrem tributação do Imposto de Renda.

"Isto ocorre, pois o imposto sobre doação e heranças é o ITCMD (Imposto de transmissão causa mortis e doação) é um imposto estadual que possui alíquota que varia entre 4% e 8% no estado do Rio de Janeiro de acordo com o valor do patrimônio inventariado", explica o advogado Fábio Ferraz.

Casos Resolvidos: José Maria Medeiros (Banco Itaú), Wagner Costa (Caixa Econômica) Carlos Henrique Alves (Comlurb)

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/10021/04-03-2022.html>

Receita Federal libera serviços de Imposto de Renda

As funcionalidades para o Imposto de Renda estão disponíveis no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**) para quem tem conta gov.br nível prata ou ouro. Segundo o fisco, os novos serviços serão úteis para que o cidadão não precise mais ir a uma unidade de atendimento da Receita em busca de informações sobre declarações de anos anteriores para poder preencher o documento de 2022.

O prazo para enviar a declaração do IR de 2022 começará às 8h da próxima segunda-feira (7) e vai até as 23h59 de 29 de abril. Quem é obrigado a declarar e atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Neste ano, os contribuintes terão menos tempo para prestar contas ao fisco do que em anos anteriores. Em geral, a entrega da declaração começava no dia 10 de março. Segundo a Receita, o cronograma foi afetado devido à paralisação de auditores, ocorrida na última semana do ano.

Em 2022, são esperadas 34,1 milhões de declarações. Dentre as novidades deste ano está a disponibilização da declaração pré-preenchi-da, mas essa opção só será disponível a partir do dia 15 de março. Além disso, quem tem conta gov.br nível prata ou ouro conseguirá fazer o preenchimento da declaração em qualquer plataforma.

Isso significa que o contribuinte poderá começar a fazer o IR em seu computador e, depois, seguir com o preenchimento do documento no sistema Meu Imposto de Renda, dentro do e-CAC, ou fazer em um tablet ou celular. A medida só não é possível para quem teve rendimento acima de 5 milhões em 2021.

São obrigados a declarar o IR trabalhadores, aposentados e **servidores públicos** que receberam rendimentos tributáveis de mais de R\$ 28.559,70 no ano de 2021, o que dá R\$ 2.379,97 por mês. São considerados rendimentos tributáveis valores recebidos de salário, aposentadoria e aluguéis, por exemplo.

Documentos IR

Por se tratar de um ajuste anual com o fisco, o cidadão deve ter os comprovantes de todos os rendimentos e gastos no ano de 2021. Também é preciso ter os

documentos que comprovem ganhos e despesas dos dependentes que constarem na declaração.

Para o trabalhador assalariado, aposentado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e o autônomo que prestou serviços a empresas no ano passado, o principal comprovante de renda é o informe de rendimentos, onde deve estar todo o valor recebido no ano, o desconto pre-videnciário, se houver, e o IR que ficou retido na fonte.

Empresas, bancos e demais instituições são obrigados a disponibilizar o informe até o dia 28 deste mês, sob pena do pagamento de multa. No caso das empresas, o valor é de R\$ 41,43 por documento. Quem não receber o informe até a da-ta-limite deve fazer a solicitação ao setor de recursos humanos.

Quem vai incluir dependentes na declaração do IR como filhos, marido ou mulher, pais, avós ou outro dependente permitido pela legislação para pagar menos imposto ou ter restituição maior deve ter o CPF de cada um deles, mesmo para os que têm poucos meses de vida. A Receita exige o número do documento desde 2019.

Para declarar as despesas que garantem dedução, como a escola dos filhos e os gastos com saúde, é preciso ter os recibos de pagamento. No caso da educação o valor individual é limitado a R\$ 3.561,50 no ano. Ou seja, o titular da declaração e os dependentes podem deduzir até R\$ 3.561,50 cada.

Para gastos com saúde em consultas médicas, exames e dentistas, por exemplo, a dedução é feita com os recibos de pagamentos do ano anterior, informando nome e número do CPF do profissional ou da clínica. Se não pegou o recibo na data do procedimento, a emissão dele pode ser feita neste ano.

OS SERVIÇOS LIBERADOS SÃO:

Preenchimento e retificação da declaração do IR

Cópia da declaração e do recibo de entrega

Cópia dos arquivos transmitidos

Visualização do número do recibo

Visualização de pendências de malha fina

Entrega documentos para regularizar a situação na
Receita Federal

Consulta a débitos do Imposto de Renda da Pessoa
Física

Emissão dos Darf (Documento de Arrecadação Fiscal)

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/04-03-2022-
edicao24259/](https://oestadoce.com.br/digital/04-03-2022-edicao24259/)

Justiça gratuita para quem pode pagar? (Artigo)

JOSÉ PASTORE Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI nº 5.766/2021, foram considerados inconstitucionais vários artigos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que tratavam da justiça gratuita e das despesas de sucumbência para pleitos não atendidos pelos magistrados.

Inúmeros artigos vieram a público no fim de 2021 para salientar que a abertura da gratuidade e a isenção de sucumbência para todos os reclamantes daria ensejo, novamente, à conhecida avalanche de ações judiciais temerárias e improcedentes - que lotavam as varas e os tribunais da Justiça do Trabalho. Era a anulação do esforço de "moralização" do processo judicial, pois, sob a Lei nº 13.467/2017, houve expressiva redução do número de ações e, sobretudo, do número de pedidos por ação. Reclamantes e seus advogados passaram a litigar apenas o que tinha chance de vencer.

Decisão do STF não se discute. É para ser obedecida. Mas fiquei impressionado pelos argumentos muito sensatos trazidos pelo ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, em 15 de fevereiro de 2022, ao analisar o processo TST-RR-1000615-67.2019.5.02.0020 no Tribunal Superior do Trabalho. Nas minhas palavras, os seus argumentos são os seguintes: "A Lei nº 13.467/2017 estabelecia que a Justiça do Trabalho era automaticamente gratuita para o trabalhador que recebia um salário no valor de até 40% do teto dos benefícios da **Previdência Social**, o que hoje daria cerca de R\$ 2.830.

Dado o baixo nível de remuneração da nossa força de trabalho, isso englobava nada mais nada menos do que 85% dos brasileiros.

Para os 15% que recebiam mais de R\$ 2.830, a Lei nº 13.467/2017 também garantia a justiça gratuita mediante comprovação de insuficiência econômica. Não era difícil comprovar a insuficiência econômica: bastava elencar documentalmente os encargos que superavam a capacidade de sustento próprio e familiar.

Exigir esse tipo de comprovação não atentava, e não atenta, contra o acesso à Justiça nem nega a assistência judicial do Estado. Pelo contrário, diz o ministro, "o que não se pode admitir é que o Estado arque com os custos da prestação jurisdicional de quem pode pagar pelo acionamento da Justiça, em detrimento daqueles que efetivamente não dispõem de condições para demandar em juízo sem o comprometimento do próprio sustento ou de sua família".

Achei essa tese consistente e de forte cunho social. Essa seria, sem dúvida, uma boa maneira de fazer justiça social: quem pode paga, quem não pode não paga. O próprio artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é claro ao dizer que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Sabe-se que a grande maioria das ações trabalhistas refere-se a remunerações inferiores a R\$ 2.830. Mas, em determinadas categorias profissionais, como bancários, profissionais liberais, técnicos especializados, gerentes, diretores etc., os salários são bem superiores a essa importância. Há sentenças que importam em vários milhões de reais. Não tem cabimento tratar situações econômicas tão desiguais de uma forma igual.

Mas o STF decidiu. O que fazer? O caminho é claro. Impõe-se a necessidade de apresentar e aprovar um projeto de lei para deixar essa matéria bem explicitada e, com isso, proteger, automaticamente, 85% dos brasileiros e onerar uma parte dos 15% que podem arcar com os custos de uma ação judicial e de serviços de peritagem quando for o caso. Ancorado nos argumentos do ministro Ives, deixo aqui essa sugestão para os parlamentares que estão, genuinamente, interessados em fazer justiça social e poupar o erário.

Pedido de aposentadoria poderá ser presencial

Os segurados do **INSS** poderão voltar a pedir aposentadoria, pensão e demais benefícios de forma presencial nas agências do instituto em breve. O agendamento do atendimento começará a partir de 14 de março.

O retomo dos serviços presenciais faz parte do plano de reabertura das agências da Previdência, fechadas para o público desde março de 2020, início da pandemia no Brasil. O funcionamento voltou em setembro do mesmo ano, mas de forma limitada e assim permanece até hoje.

Segundo o instituto, ainda não há data prevista para o funcionamento total. Além disso, a reabertura deve começar de forma escalonada.

Para ser atendido, porém, o segurado precisa agendar o pedido por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** ou por telefone, na Central 135. A novidade é que todos os serviços que hoje podem ser feitos pela internet ou por telefone também poderão ser realizados de forma presencial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

39

Revisão pode garantir mais de R\$ 100 mil em atrasados

Cálculos feitos por especialistas mostram que é possível ter aumento no valor da aposentadoria, além de receber os atrasados

Simony Giuberti

Segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que se sentiram prejudicados com o cálculo de aposentadoria do passado já podem pedir a orientação de especialistas para analisar se vale a pena ingressar com uma ação na Justiça. Há casos em que os segurados podem receber até R\$ 100 mil de atrasados, segundo cálculos de especialistas.

A "revisão da vida toda" formou maioria no Supremo Tribunal Federal (STF) na última semana. Por 6 a 5, a Corte decidiu a favor de que aposentados possam somar todos os salários para o cálculo de aposentadoria, incluindo os recebidos antes de 1994. A decisão é de repercussão geral, ou seja, valerá para todas as ações do tipo no País.

Com as ações que já estão tramitando, há exemplos de segurados que vão receber mais de R\$ 100 mil, somente em atrasados. Na tabela, a reportagem listou alguns exemplos.

A advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado Almeida explicou que nem sempre vai compensar o segurado entrar na Justiça. Isso porque, em alguns casos, ele pode, inclusive, ver o benefício ser reduzido.

"Vale a pena quando as maiores contribuições foram anteriores a 1994 e esses valores não foram levados em consideração no cálculo da média. Nesses casos, vale a pena pedir a revisão", destacou.

Ela afirmou ainda que, antes de ingressar na Justiça, é necessário que o aposentado procure um especialista para fazer cálculos.

"Se as contribuições anteriores a 1994 forem mais baixas, quando fizer a correção, o segurado corre o risco de ter o valor diminuído", salientou a advogada.

Já o advogado previdenciarista Christovam Ramos afirmou que é necessário aguardar para saber se o **INSS** vai interpor embargos de declaração para o STF modular* os efeitos da decisão tomada.

"Temos que aguardar* para saber se o **INSS** vai interpor embargos de declaração para o STF modular* os efeitos da decisão, fixando, por exemplo, um prazo para o segurado entrar com a ação judicial." Renata afirmou que somente por via judicial é possível pedir a revisão. "O **INSS** não vai fazer administrativamente, pois segue o princípio da legalidade e não existe previsão legal para isso. Só existe possibilidade judicialmente".

ENTENDA

Contribuições feitas antes de 1994

Revisão da vida toda

COM A REFORMA da Previdência em 1999, o governo criou duas fórmulas de cálculos para a média salarial.

A PRIMEIRA é a regra de transição - para quem já era segurado do **INSS** até 26 de novembro de 1999: a média salarial desses aposentados é calculada sobre 80% das maiores contribuições feitas a partir de julho de 1994.

A OUTRA É A REGRA permanente - para quem começou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999: a média do benefício desses segurados é calculada sobre 80% dos mais altos recolhimentos desde o início das contribuições (sem definir a data específica de início das contribuições).

Decisão

POR 6 VOTOS A 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria e permitiu a revisão de cálculos nos benefícios.

POR SER UMA decisão de repercussão geral, ela atingirá todas as ações do mesmo tipo no País.

TEM DIREITO À REVISÃO o segurado que se aposentou nos últimos 10 anos, desde que seja antes da reforma da Previdência, instituída pela emenda 103, em 13 de novembro de 2019. É preciso, ainda, que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da Lei 9.876 de 1999.

A CORREÇÃO COMPENSA, no entanto, para quem tinha altos salários no início do Plano Real. Trabalhadores que ganhavam menos não terão vantagem. Se incluírem as remunerações antigas, de baixo valor, poderão até mesmo diminuir a aposentadoria que ganham hoje em dia.

Exemplos de cálculos

A INCLUSÃO de todos os salários na aposentadoria passou a ser pedida na Justiça para tentar corrigir uma distorção criada pela reforma da Previdência de 1999.

NAS AÇÕES, há casos de segurados que já conseguiram o direito e vão receber mais de R\$ 100 mil em atrasados do INSS.

Exemplo 1

APOSENTADO de 64 anos pediu o benefício ao INSS em outubro de 2016.

O VALOR INICIAL de sua aposentadoria foi de R\$ 1.962,16, na época.

ANTES DE 1994, ele tinha 214 contribuições. Depois, eram 210 meses.

COM A REVISÃO, solicitada em outubro de 2020, o valor da aposentadoria é de R\$ 2.256,22.

O VALOR dos atrasados a que ele teve direito foi de R\$ 17.457,71.

Exemplo 2

O SEGURADO se aposentou por tempo de contribuição em 2014, com benefício no valor de R\$ 2.839,15.

ELE TINHA 192 contribuições: entre 70% e 90% delas era no valor do teto do INSS.

A REVISÃO FOI PEDIDA em 2017.

A APOSENTADORIA subiu de R\$ 4.453,84 para R\$ 5.778 neste ano.

VALOR dos atrasados é de R\$ 106 mil.

Exemplo 3

SEGURADO pediu aposentadoria por tempo de contribuição em 2009.

VALOR FOI DE R\$ 1.352,81 na época.

AO TODO, havia 220 contribuições pelo teto durante a

maior parte do tempo antes de 1994.

O BENEFÍCIO passou de R\$ 2.944,75 para R\$ 3.945,97 em 2022.

VALOR dos atrasados é de R\$ 105 mil.

Direito se aplica também a pensão por morte e auxílios

Não é somente a aposentadoria que poderá ser corrigida com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a "revisão da vida toda". Ela também poderá ser usada para aumentar outros tipos de benefícios, como pensão por morte e auxílio-acidente.

"Em tese, o auxílio-doença (atual benefício por incapacidade temporária ou permanente) e a pensão por morte poderiam entrar nesse cálculo, porque tais benefícios têm como base de cálculo as contribuições vertidas para o INSS", comentou o advogado previdenciarista Christovam Ramos.

A pessoa precisa, no entanto, verificar a questão do prazo. A revisão precisa ser feita antes do benefício completar 10 anos de concedido, segundo especialistas.

João Eugênio Modenesi Filho, advogado especializado em Direito Previdenciário, explicou que, na Justiça Federal do Espírito Santo, os processos foram divergentes.

"Tinha juiz que concedia e entendia que era justo. Tinha juiz para quem o cálculo estava certo. Depois, os juízes pararam de julgar o tema, aguardando o que o Supremo fosse decidir", ressaltou.

OPINIÕES

Beneficiam-se da HI decisão as pessoas que tinham boa remuneração nos anos anteriores a 1994

João Eugênio Modenesi Filho, advogado

"Elas contribuíram para isso e tiveram redução do valor do benefício, pois os valores anteriores a 1994 não foram levados em consideração"

Renata Prado Almeida, advogada

Projeto cria fundo nacional de enfrentamento do câncer

O Projeto de Lei 4434/21, do deputado Weliton Prado (Pros-MG), cria um fundo nacional de enfrentamento do câncer, no âmbito do Ministério da Saúde, para financiar ações de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença no Brasil. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Entre os recursos previstos para o chamado Funcancer, estão dotações orçamentárias da União, doações, o percentual de 1% da receita bruta proveniente da arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e do PIS/Cofins incidentes sobre cigarros, e o percentual de 0,5% da receita bruta resultante da arrecadação do IPI e do PIS/Cofins incidentes sobre bebidas alcoólicas.

Os saldos verificados ao final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito do Funcancer no ano seguinte. A proposta também veda o contingenciamento de recursos do fundo. Ainda segundo projeto, o Funcancer será administrado por um comitê gestor vinculado ao Ministério da Saúde, cuja competência e composição serão estabelecidos em regulamento posterior, assegurada a participação, além do ministro da Saúde, de representantes do Poder Executivo Federal, da sociedade civil, dos estados e dos municípios.

Mais um passo

Weliton Prado entende que o Brasil tem dado passos importantes passos no combate ao câncer, mas acredita que "é preciso fazer muito mais".

"Câncer tem cura. É possível com o diagnóstico e o tratamento rápidos e adequados salvar a maioria dos doentes. Mas a nossa realidade acaba se impondo, mesmo com as leis dos 30 e 60 dias para garantir o prazo máximo para o diagnóstico e início do tratamento, respectivamente. Ainda há um número elevado de mortes evitáveis porque não há o cumprimento dos direitos", observa o autor do projeto. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de **Seguridade Social** e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edic_a_o_3388

INSS retoma serviços agendados

O **INSS** informou ter avançado mais uma etapa para atendimento presencial gradativo nas agências. Já estão publicadas as portarias 1.413 e 982 e a Retificação no Diário Oficial da União para padronizar o fluxo do atendimento nas unidades. Desde 2020, em virtude da pan-demia, o **INSS** vinha tomando medidas para evitar aglomerações. Com a publicação das novas portarias, a partir de 14 de março o cidadão vai poder agendar atendimento presencial para todos os serviços disponíveis no portal e no aplicativo Meu **INSS**. As unidades que vão conseguir prestar este tipo de atendimento dentro das normas de segurança, higiene e distanciamento serão definidas após 30 de março.

Nas agências será possível fazer pedidos de aposentadoria e pensão por morte, emissão de extratos, certificados e outros documentos. O agendamento continua sendo feito pelo Meu **INSS** (gov.br/meuinss), pelo aplicativo para celular e pelo telefone 135. Ao todo, 91 serviços já são oferecidos de forma digital, e seguem disponíveis neste formato.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10267>

Valores a receber: veja como ter conta ouro ou prata no gov.br (Banco Central)

Cristiane Gercina

Cristiane Gercina

São Paulo

O cidadão ou a empresa que tem valores a receber no Banco Central deve elevar o nível de segurança de sua conta no portal Gov.br para prata ou ouro. O selo de nível maior que o bronze é exigido pela autoridade monetária para liberar, a partir de segunda-feira (7), a transferência do dinheiro esquecido em bancos.

O Banco Central recomenda, no entanto, que essa elevação de nível seja feita antes de segunda-feira, para que o cidadão evite enfrentar falhas e instabilidades no sistema gov.br.

"Se ainda não possuir conta nesse nível, deve fazer logo seu cadastro ou aumentar o nível (se sua conta for bronze) no site ou no aplicativo Gov.br. O cidadão não deve deixar esse movimento para o dia do resgate", diz nota do órgão.

Quem não tiver conta prata ou ouro não conseguirá ter acesso aos valores, caso tenha direito de receber dinheiro esquecido. Os três níveis da conta gov.br refletem a forma como ela é criada ou validada. No caso do selo bronze, o nível de segurança e acesso aos dados é mínimo.

O cidadão que ainda não fez sua inscrição no sistema pode acessar o site sso.acesso.gov.br ou baixar o aplicativo Gov.br para se registrar. Quem já tem conta precisa checar o nível para saber se é necessário fazer a elevação. Tanto a inscrição quanto a mudança de selo pode ser feita pelo computador, mas pelo aplicativo é bem mais fácil, onde o trabalhador tem acesso a mais serviços.

As contas mais antigas são, em sua maioria, nível bronze. Elas dão acesso a serviços de aposentadoria, pelo Meu **INSS**, e também estão disponíveis para os contribuintes que precisem acessar dados básicos na **Receita Federal**, por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual). Veja como conseguir nível ouro no gov.br pelo celular:

Para ter conta ouro, a alteração também pode ser feita no site ou aplicativo, mas, pelo aplicativo de celular, o

caminho é mais fácil, já que a câmera do smartphone consegue fazer o reconhecimento facial de forma rápida, conforme teste realizado pela reportagem da Folha. Saiba conseguir nível prata no gov.br pelo celular:

O dinheiro esquecido será liberado conforme calendário. Os pagamentos começam na segunda (7) e vão até 26 de março. Haverá, depois, um segundo lote de liberações. As consultas começarão em 2 de maio. Quem não lembra a data do resgate dos valores nesta primeira fase deve fazer nova checagem no sistema de valores a receber (clique aqui para saber como).

Ao todo, serão liberados R\$ 4 bilhões nesta primeira fase para um total de 28 milhões de pessoas e empresas. Haverá ainda uma segunda fase de valores, a partir do dia 2 de maio. O cidadão que receber no primeiro lote também poderá ter dinheiro no segundo (ou em outros lotes), já que os valores são liberados por motivos diferentes.

Com a data e o horário do resgate em mãos, volte ao site no dia e hora marcados para pedir a transferência. Confira os cinco passos para fazer o resgate dos valores:

Passo 1 - Acesse o site valoresareceber.bcb.gov.br

Passo 2 - Faça o login com sua conta gov.br

Passo 3 - Leia o termo de responsabilidade

Passo 4 - É hora de consulta

O sistema do Banco Central vai mostrar:

Passo 5 - Clique em uma das opções que o sistema indicar:

Fique ligado: tela de informações dos Valores a Receber, o cidadão deve consultar os canais de atendimento da instituição clicando no nome dela.

O cidadão ou a empresa que tem valores a receber no Banco Central deve elevar o nível de segurança de sua conta no portal Gov.br para prata ou ouro. O selo de nível maior que o bronze é exigido pela autoridade monetária para liberar, a partir de segunda-feira (7), a

transferência do dinheiro esquecido em bancos.

O Banco Central recomenda, no entanto, que essa elevação de nível seja feita antes de segunda-feira, para que o cidadão evite enfrentar falhas e instabilidades no sistema gov.br.

"Se ainda não possuir conta nesse nível, deve fazer logo seu cadastro ou aumentar o nível (se sua conta for bronze) no site ou no aplicativo Gov.br. O cidadão não deve deixar esse movimento para o dia do resgate", diz nota do órgão.

Quem não tiver conta prata ou ouro não conseguirá ter acesso aos valores, caso tenha direito de receber dinheiro esquecido. Os três níveis da conta gov.br refletem a forma como ela é criada ou validada. No caso do selo bronze, o nível de segurança e acesso aos dados é mínimo.

O cidadão que ainda não fez sua inscrição no sistema pode acessar o site sso.acesso.gov.br ou baixar o aplicativo Gov.br para se registrar. Quem já tem conta precisa checar o nível para saber se é necessário fazer a elevação. Tanto a inscrição quanto a mudança de selo pode ser feita pelo computador, mas pelo aplicativo é bem mais fácil, onde o trabalhador tem acesso a mais serviços.

As contas mais antigas são, em sua maioria, nível bronze. Elas dão acesso a serviços de aposentadoria, pelo Meu **INSS**, e também estão disponíveis para os contribuintes que precisem acessar dados básicos na **Receita Federal**, por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual).

Para ter conta ouro, a alteração também pode ser feita no site ou aplicativo, mas, pelo aplicativo de celular, o caminho é mais fácil, já que a câmera do smartphone consegue fazer o reconhecimento facial de forma rápida, conforme teste realizado pela reportagem da Folha .

O dinheiro esquecido será liberado conforme calendário. Os pagamentos começam na segunda (7) e vão até 26 de março. Haverá, depois, um segundo lote de liberações. As consultas começarão em 2 de maio. Quem não lembra a data do resgate dos valores nesta primeira fase deve fazer nova checagem no sistema de valores a receber (clique aqui para saber como).

Ao todo, serão liberados R\$ 4 bilhões nesta primeira fase para um total de 28 milhões de pessoas e empresas. Haverá ainda uma segunda fase de valores, a partir do dia 2 de maio. O cidadão que receber no primeiro lote também poderá ter dinheiro no segundo (ou em outros lotes), já que os valores são

liberados por motivos diferentes.

Com a data e o horário do resgate em mãos, volte ao site no dia e hora marcados para pedir a transferência.

Passo 1 - Acesse o site valoresareceber.bcb.gov.br

Passo 2 - Faça o login com sua conta gov.br

Passo 3 - Leia o termo de responsabilidade

Passo 4 - É hora de consulta

O sistema do Banco Central vai mostrar:

Passo 5 - Clique em uma das opções que o sistema indicar:

Fique ligado: tela de informações dos Valores a Receber, o cidadão deve consultar os canais de atendimento da instituição clicando no nome dela.

Endereço da página

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/valores-a-receber-veja-como-ter-conta-ouro-ou-prata-no-govbr.shtml>

Imposto de Renda 2022: Teve renda de 2 empregos? Veja como declarar

Colaboração para o UOL, de São Paulo

Mudou de emprego no meio do ano? Teve duas fontes de renda diferentes? Se você trocou de emprego e a soma dos salários nos dois lugares superou R\$ 28.559,70 no ano passado, você deve preencher a declaração do Imposto de Renda. Não há um campo específico na declaração para informar que você trocou de emprego. Mas os rendimentos recebidos em cada empresa devem ser informados separadamente.

As orientações abaixo também servem para quem acumulou dois ou mais empregos no ano passado ou para quem recebeu salário de uma firma e atuou simultaneamente como microempresário ou microempreendedor individual (MEI). Ou seja, são orientações para todos os contribuintes que receberam rendas tributáveis de mais de uma fonte pagadora.

Além do informe de rendimentos da empresa onde você está trabalhando agora, você também precisará do informe do seu emprego antigo. Entre em contato com o RH da empresa anterior e peça para enviarem o documento por e-mail ou combine um horário para retirada do papel.

Para cada emprego ou fonte pagadora de rendimentos, você deverá abrir um formulário na ficha Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica.

Selecione a ficha, clique em Novo e preencha os campos com os dados da empresa. Em seguida informe os rendimentos recebidos naquela firma e os valores retidos na fonte de Imposto de Renda e previdência oficial (**INSS**). No final, clique em OK. Repita o processo para cada empresa que você recebeu salário em 2021.

O mesmo procedimento vale para os dependentes incluídos na sua declaração que possuem emprego, estágio ou recebem aposentadoria. Se eles trocaram de emprego ou trabalharam em dois lugares, informe tudo.

Os rendimentos tributáveis de cada dependente devem ser informados na aba dependentes, localizada no alto da ficha Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica. Selecione o dependente na lista e abra uma ficha nova para cada emprego ou fonte pagadora.

Não importa se você trabalhou apenas um mês ou o ano todo na mesma empresa. Você deve informar todas as fontes de renda tributável, independente do tempo trabalhado e do valor.

Todos os rendimentos tributáveis, do titular e dos dependentes, das diferentes fontes pagadoras, serão somados na declaração. Deste montante serão descontadas todas as despesas dedutíveis, como gastos com saúde e educação.

A partir daí é calculado o imposto devido no ano e, por fim, são considerados todos os valores de IR retidos ao longo do ano passado para se chegar ao resultado, de imposto a pagar ou a restituir.

Site: <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2022/03/04/imposto-de-renda-2022-trocou-de-emprego-em-2021-veja-como-declarar.htm>

A solução passa por medidas coletivas

Para enfrentar a obesidade, o melhor caminho é a prevenção. E, nesse sentido, o avanço de políticas públicas relacionadas ao tema pode contribuir. "Como vimos, as razões para o aumento da obesidade não dependem somente das escolhas individuais, e existem políticas públicas que devem ser implementadas para tornar o ambiente mais saudável", afirma Cintia Cercato, presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso). Há países como o Chile que passaram a lançar mão de pacotes de medidas que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), podem ter impactos relevantes sobre a saúde da população.

ROTULAGEM Uma das iniciativas estimuladas pela OMS é a da rotulagem de advertência frontal em produtos ricos em elementos como gorduras, açúcares e sódio. A ideia é permitir que as pessoas tenham um melhor conhecimento daquilo que estão consumindo, e dessa forma, ampliem as condições de fazerem escolhas mais conscientes. Nesse sentido, o Brasil avançou. Em outubro de 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a nova norma sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados. Uma das determinações diz respeito justamente à rotulagem nutricional frontal. Foi desenvolvido um design de lupa para identificar o alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e sódio. O símbolo deverá ser aplicado na frente do produto, na parte superior, por ser uma área facilmente capturada pelo olhar. "Foi uma batalha longa, e até tínhamos modelos mais eficientes para facilitar a identificação dos alimentos menos saudáveis pela população, mas a Anvisa acabou optando por um modelo intermediário", descreve Maria Edna de Melo, presidente do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM).

Outra mudança estabelecida pela Anvisa diz respeito à tabela de informação nutricional, que já é encontrada nos produtos no mercado e é obrigatória para os rótulos dos alimentos embalados na ausência do consumidor. A nova regra permite apenas letras pretas e fundo branco, para afastar a possibilidade de uso de contrastes que atrapalhem a legibilidade das informações. Além disso, foram estabelecidas regras específicas sobre a localização da tabela, proibindo sua colocação em áreas de difícil visualização ou deformadas. Outra alteração será nas informações disponibilizadas. Passará a ser obrigatória a identificação de açúcares totais e adicionados, a declaração do valor energético e nutricional por 100 g

ou 100 ml para ajudar na comparação de produtos, e o número de porções por embalagem.

As medidas ainda não estão sendo postas em prática. Isso passará a acontecer 24 meses após sua publicação, ou seja, em outubro deste ano. Os produtos que se encontrarem no mercado na data de entrada da norma em vigor terão, ainda, um prazo de adequação de 12 meses. Alimentos fabricados por empresas de pequeno porte, como agricultores familiares e microempreendedores, terão um prazo maior, equivalente a 24 meses após a entrada das normas em vigor. Já em relação às bebidas não alcoólicas em embalagens retornáveis, a adequação não pode exceder 36 meses.

BEBIDAS AÇUCARADAS Outra sugestão da Organização Mundial da Saúde diz respeito ao aumento de tributação sobre bebidas açucaradas. A OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) consideram que a ação é uma das medidas de maior custo-benefício para a saúde, capaz de reverter o crescimento da obesidade e das doenças relacionadas à condição. Em maio de 2021, a Opas lançou um novo estudo, intitulado La tributación de las bebidas azucaradas en la Región de las Américas, segundo o qual um aumento de 25% no preço desses produtos resultante de **impostos** mais altos, provavelmente levaria a uma redução de 34% em seu consumo. De acordo com a publicação, os países que adotam a medida podem obter um benefício triplo: a melhoria da saúde da população; aumento da geração de receita - que poderá ser investida na própria área da saúde; e a redução, no longo prazo, dos custos de atenção à saúde e das perdas de produtividade ocasionada por doenças associadas à obesidade. "A taxação de bebidas açucaradas, nos locais onde o imposto é acima de 20% do valor do produto, levou a uma redução do consumo, principalmente de refrigerantes, e também a um aumento no consumo de água", diz Maria, da SBEM.

No Brasil, está sendo desenvolvida a campanha Tributo Saudável. Bom para a economia. Melhor ainda para a saúde, promovida pela ACT e pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. O objetivo é chamar a atenção do poder legislativo para que a **reforma tributária** no Brasil contemple a tributação eficiente de produtos que causam danos à saúde da população e sobrecarregam o Sistema Único de Saúde (SUS), como é o caso das bebidas açucaradas. A campanha busca assinaturas para uma petição que será endereçada ao poder executivo e aos

parlamentares brasileiros. É possível assiná-la aqui:
<https://tributosaudavel.org.br/>.

MARKETING E ESCOLAS A OMS também sugere a proibição de marketing de alimentos considerados não saudáveis e voltado para o público infantil. "Isso é, marketing de alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas. A criança ainda não tem crítica sobre os alimentos, sobre o que está por trás de uma propaganda. Então, essas propagandas que usam bichinhos, bonequinhos, celebridades mirins, ou que dão um brinquedinho se você compra um combo, isso tudo acaba incentivando o consumo de alimentos que normalmente não têm bom valor nutricional", descreve Cintia, da Abeso. Outra recomendação que pode ser adotada - e já o é em alguns locais do Brasil - diz respeito a uma melhor alimentação escolar, com a restrição de vendas de produtos considerados não saudáveis nas cantinas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839&anchor=6451252&pd=1cd1e5b1c0fbe6baf8e4149a2a64bbed>

Puxadinhos - ELENA LANDAU

ELENA LANDAU

Começando a temporada da declaração do imposto de renda. Não sou das que deixam para a última hora. O que me dá mais trabalho é recolher todos os recibos de despesas médicas, ver se não esqueci nada, e preparar a planilha.

A dedução de despesas médicas é mais um dos elementos de regressividade na tributação da renda. A ela se juntam regimes especiais, como a pejetização, a distribuição de dividendos e o tratamento especial aos fundos fechados.

Eu me encaixo em todos eles. Minha alíquota final é muito inferior à de um trabalhador no mercado formal. Algo está fora de ordem.

Há alguns anos tentei não usar a dedução de meus gastos com saúde. Foi então que caí na malha fina pela primeira e única vez. A Receita me convocou porque havia "omitido" essas informações.

Dei minhas razões.

Não uso o sistema público porque não quero e optei por um plano que me permite frequentar ótimos hospitais com livre escolha de profissionais.

O fiscal entendeu, mas disse que havia sido chamada pela suspeita de estar compactuando com profissionais que se escondiam do Leão. É o tal "com recibo ou sem recibo".

Aquele jeitinho do brasileiro que se sente roubado pelo Estado e acha que seu pecadilho não atrapalha ninguém.

Com a nota fiscal eletrônica, grande parte das despesas médicas já vem preenchida na declaração.

No ano que tive gastos elevados com a saúde, além de pagar pouco imposto, ainda recebi reembolso. Não tenho liberdade de abrir mão desta generosidade do Estado brasileiro.

Não é razoável que essas isenções não tenham ao menos um teto, como já ocorre com instrução. As duas deduções não deixam de ser regressivas, afinal quem opta pela prestação privada desses serviços não está entre os mais pobres do país. Dada a concentração de renda neste País, difícil é convencer classes na base da pirâmide que ela é mais privilegiada que imagina

em termos relativos. Afinal, seu orçamento mal dá pagar o colégio dos filhos e escolas públicas não estão no seu projeto de vida.

O que cria outro problema: quanto menos pessoas usarem os serviços públicos, menor a pressão para a melhoria do atendimento.

Afinal, já "não é problema meu". Engano. Se queremos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, a qualidade da educação e saúde pública importa para todos nós.

A **reforma tributária** está em discussão, mas a revisão de regimes especiais do nosso IR não recebe a atenção devida. A defesa de maior justiça tributária fica mesmo no discurso. No mundo real, ninguém quer abrir mão de seu puxadinho.

Minha alíquota final é muito inferior à de um trabalhador no mercado formal. Algo está fora da ordem

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumento no barril de petróleo põe governo Bolsonaro na defensiva

deborah hana cardoso, fernanda strickland

Com os altos patamares do preço internacional do barril de petróleo causados pela invasão da Ucrânia pela Rússia ? ontem, o barril do tipo Brent voltou a fechar acima dos US\$ 110 ?, aumentou a pressão sobre o governo federal por uma ação a fim de evitar a disparada dos preços dos combustíveis nas bombas. O consumidor tem motivos para se preocupar: desde 11 de janeiro, a Petrobras não pratica um aumento nas refinarias e segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem em relação à cotação internacional chegou a 25%.

Os contratos de petróleo fecharam, ontem, em queda, mas não a ponto de tranquilizar a área econômica do governo. As justificativas para a redução foram mais uma rodada de negociações sobre um cessar-fogo na Ucrânia e a chance de um acordo nuclear com o Irã.

O barril do Brent para maio, negociado em Londres ? o padrão adotado pela Petrobras ?, cedeu 2,19%, a US\$ 110,46, enquanto o WTI para abril, negociado em Nova York, teve queda de 2,65%, a US\$ 107,67. Os contratos operaram com instabilidade ao longo de toda a sessão, a ponto de o Brent ter batido em US\$ 119,84 na máxima do dia.

Na análise da Capital Economics, o aumento da oferta pelo Irã deve acontecer assim que o acordo nuclear for fechado. A projeção é de que os preços caiam entre US\$ 5 e US\$ 10 por barril. Já a TD Securities alerta: não há, no cenário atual, uma fonte capaz de compensar de modo confiável a produção russa imediatamente. Os preços do petróleo devem permanecer altos e propensos a novos picos, dizem os analistas.

Política pública

De acordo com Sérgio Araújo, presidente executivo da Abicom, a Petrobras vende a gasolina aos postos no preço médio por R\$ 1,10 por litro abaixo da paridade. "Com esse preço, as importações por agentes privados ficam totalmente inviabilizadas. Isso traz um certo risco de desabastecimento porque as refinarias brasileiras não conseguem atender a demanda. No caso do óleo diesel, é necessário importar 25%; da gasolina, em torno de 10% a 15%", disse.

Araújo admite que é legítima a pressão feita sobre o governo federal. Segundo ele, é "preciso estabelecer uma política social pública de forma a evitar que a sociedade pague e que também a Petrobras não seja prejudicada no seu resultado. O não reajuste pela Petrobras implica em uma operação com prejuízos", alertou.

Especialista em regulação econômica, Paulo César Coutinho explica que o modelo de determinação do preço do petróleo no Brasil é bem fundamentado. "Para alterar, não pode ser por uma razão de curto prazo, muito menos para atender necessidades de curto prazo. Para alterar, tem que ser para um modelo superior. Coisas discricionárias só levam a distorções na economia, imprevisibilidade e arbitrariedade", observou.

O estrategista-chefe da Levante, Rafael Bevilacqua, afirmou que é difícil prever até quanto o barril vai subir devido à guerra na Ucrânia. "A Rússia é relevante, mas, nesse cenário (de disparada dos preços), todo mundo está depositando ali (no valor da commodity) uma forma de proteção", disse.

Procurada pelo Correio, a Petrobras deixou claro que não tem como adiantar qualquer decisão sobre ajuste ou manutenção dos preços atuais. Salientou que não abre mão do compromisso com a prática de preços competitivos e em equidade com o mercado internacional, "evitando repassar a volatilidade externa e da taxa de câmbio causada por eventos conjunturais".

(Com Agência Estado e colaboração de Maria Eduarda Cardim)

Cinco perguntas para Jean Paul Prates (PT-RN), relator dos projetos sobre combustíveis no Senado

Zerar os **impostos**, como deseja o governo, é a melhor alternativa?

No ano passado, o barril do petróleo estava por volta de US\$ 80, hoje está mais de US\$ 110. Se os **impostos** fossem zerados antes da guerra no Leste Europeu, assim que batesse em US\$ 105 a isenção sumiria. A Conta de Estabilização vai atacar o problema do preço na base. Se não fizermos isso, não adianta falar em isenção ou diminuição dos **impostos**.

O governo, porém, insiste em zerar os impostos federais sobre os combustíveis.

Não adianta o governo ficar fechado com relação à Conta de Estabilização e a gente dar isenção. E ela ser comida pela alta do barril do petróleo depois.

Como funciona a Conta de Estabilização?

Preserva o preço para o produtor do combustível, seja importador ou nas refinarias ? ele recebe o preço do mercado. A Conta amortece o preço para o consumidor final. Quanto vai ser amortecido, quem vai decidir é o governo. Quanto mais dinheiro ele puser nessa conta, mais vai amortecer os combustíveis. Se botar R\$ 50 bilhões daqui até dezembro, consegue amortecer o preço em torno de R\$ 1 a R\$ 1,50 na bomba. Isso porque, ao longo do tempo, o investimento alivia R\$ 0,50 na porta da refinaria. A conta é que a cada R\$ 500 milhões investidos, R\$ 0,10 são reduzidos na bomba.

De onde vão sair esses R\$ 50 bilhões?

O dinheiro que nós previmos para a conta são dividendos da Petrobras pagos ao governo, royalties e demais participações na indústria que são proporcionais ao preço do petróleo. A ideia é o governo devolver o lucro extraordinário para a população. Isso se chama windfall profit pela valorização do petróleo. Significa "lucro que veio do acaso", da alta do petróleo. Precisamos ver isso e depois a isenção porque ela bate no orçamento geral e vai gerar desinvestimento em diversas áreas.

Tem outra alternativa?

Quem está na encruzilhada é o governo, que propõe (a redução do) PIS/Cofins, que é um troco para o governo federal. Para um governador abrir mão do ICMS, o peso é muito maior. É absurdo imaginar que um governador vai zerar imposto de combustível, que é cerca de 20% da arrecadação. (Os governadores) não estão dispostos, nessa discussão reta e ingênua, de trocar um imposto pelo outro o federal pelo imposto estadual. A diferença de impacto na arrecadação é muito grande.

Multinacional vai desembarcar no DF com investimento de R\$ 4 bilhões - CAPITAL S/A

CAPITAL S/A

Uma grande empresa tem planos para instalar uma unidade em uma das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADE) do DF. A multinacional, cujo nome não pode ser ainda divulgado, está se habilitando ao programa Desenvolve DF, que permite a ocupação de terrenos públicos por meio de uma taxa mensal, como um aluguel, com valores bem convidativos. A contrapartida é gerar empregos. O empreendimento pretende criar 2,4 mil diretos e mais de 6 mil indiretos. O plano de investimento previsto é de R\$ 4 bilhões em 5 anos, e o processo está sendo conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Se gerar todas essas vagas de trabalho, a empresa poderá ter ainda descontos de ICMS e em outros **impostos**. A previsão é de que em 90 dias seja concluído o acordo.

Mais prazo de adesão

Nos próximos dias, a Casa Civil vai encaminhar à Câmara Legislativa projeto de lei, proposto pela SDE, para prorrogar o período de adesão ao Desenvolve-DF. O programa foi criado em 2019 para aprimorar os antigos Pró DF I e II. No atual, as empresas podem, depois do cadastro e documentação aprovados, ocupar lotes da Terracap por meio de Contrato de Direito Real de Uso (CDRU). São cobradas taxas mensais entre 0,16 a 0,2% sobre o valor total do imóvel. Muitas empresas interessadas no benefício não conseguiram em tempo organizar o processo.

Passivo

O Pró-DF, realizado em gestões anteriores, não alcançou o resultado esperado, pois ambas as partes, GDF e empresas, não conseguiram cumprir as metas do contrato. A administração pública não entregou a infraestrutura prometida nas ADEs e as empresas alegam que não foi viável o pleno funcionamento. E, assim, não geram os empregos a que tinham se comprometido. Como o Desenvolve DF tem condições mais atraentes, muitos querem migrar do antigo programa para o novo.

Força-tarefa

As duas etapas do Pró DF acumularam quase 3 mil processos que aguardavam análise há anos para regularização. Cerca de 50% tiveram encaminhamentos nos últimos meses, segundo a SDE. Em janeiro, emitimos mais Atestados de Instalação Definitiva para as empresas do que em todo o ano de 2021. Nossa força-tarefa continuará, afirmou o secretário da pasta, Jesuíno de Jesus Pereira, que assumiu o cargo em dezembro, mas já estava na secretaria como chefe de gabinete. É o sétimo a ocupar a função desde 2019.

Poderosas

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi a data escolhida para o novo lançamento da LUMAS, marca brasiliense de camisetas. A coleção Poderosas é inspirada em um encontro de mulheres que trabalham com relações institucionais e governamentais. Fernanda Sales, sócia da marca, aposta na liderança feminina. "Eu acredito muito no trabalho da mulher na política, nas esferas de poder, por sermos mais dispostas a cooperar, sem nos submeter àquilo que não concordamos, e pela garra na luta por um propósito", diz.

Programa de trainee

Terminam, nesta sexta-feira (4), as inscrições para o segundo processo seletivo do Programa Trainees das Organizações Paulo Octavio. Serão 14 vagas, para as áreas de Administração de Empresas e áreas correlatas; Arquitetura; Ciência da Computação; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; e Gastronomia. As oportunidades serão para a Paulo Octavio Construtora, Rede Plaza Brasília de Hotéis e shopping centers do grupo. Mais informações no site do grupo.

Missão empresarial a Portugal

Um grupo de 15 empresárias do DF embarca para Portugal amanhã. Elas irão participar de um congresso voltado especialmente para empreendedoras de língua portuguesa. Até o dia 12 de março, empresárias de vários países irão trocar experiências e promover novos negócios durante o evento ConnectAmericas.

Fecomércio e Sebrae

A missão é uma parceria entre a Câmara de Mulheres Empreendedoras da Fecomércio-DF e o Sebrae. Um encontro preparatório foi realizado, ontem, com a participação do presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, de integrantes do Sebrae e da Apex.

Destaque no mercado imobiliário

A brasileira Eliane Ribeiro acaba de ser agraciada, em Las Vegas, com duas menções de destaque para o mercado imobiliário: ela é a 18a corretora de imóveis do mundo. no ranking RE/MAX que reúne 130 mil corretores de imóveis em 95 países. Eliane foi incluída no Circle of Legends da entidade, lista de profissionais com mais de 10 anos de atuação e que, nesta década, receberam mais de 10 milhões de dólares em comissões pela venda de imóveis. A corretora está em Portugal desde 1993, se especializou no atendimento a estrangeiros que desejam comprar propriedades em Portugal e obter o Golden Visa. Mantém clientes em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Ela recebeu o prêmio das mãos do CEO da REMax, Nick Bailey.

Preços de guerra (Editorial)

O principal impacto econômico da guerra na Ucrânia para o mundo até o momento é o salto nos preços das matérias-primas, que vai além da energia e já contamina produtos agrícolas e insumos industriais.

Com a cotação do petróleo em quase US\$ 115, o gás batendo recordes na Europa e soja, trigo e milho nos maiores patamares dos últimos anos, o custo de produção e transporte dispara e aumenta o risco de uma recaída recessiva.

No Brasil, o quadro inflacionário também se deteriora. As expectativas para a variação neste ano do principal índice, o IPCA, subiram de 5% para 5,6% em poucas semanas, muito além da meta do Banco Central, fixada em 3,5%.

O quadro não era simples antes, na medida em que os mecanismos de indexação do choque de preços ocasionado pela pandemia já exigiam um aumento significativo dos juros, que devem chegar a 12,5% anuais segundo as projeções.

O cenário mais otimista, viável há algumas semanas, era o de acomodação das pressões com a normalização das cadeias de fornecimento globais que se seguiria ao arrefecimento da emergência sanitária.

Com a renovada alta das matérias-primas, tal quadro deixou de ser realista. O mais provável agora é uma nova onda de repasses, que deve prolongar o prazo de convergência para as metas de inflação e, com isso, levar a juros mais elevados. As chances de retomada da atividade ficam ainda menores.

Nesse contexto, e com a arrecadação de impostos nas alturas, crescem as demandas por medidas compensatórias do governo. A busca de Jair Bolsonaro (PL) pela reeleição pode levar a más decisões e novos abalos nas contas públicas.

O tema mais urgente é o do preço dos combustíveis, que terá atenção iminente do Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve colocar dois projetos em votação.

O primeiro, que enfrenta resistência de governadores, lida com a estabilização do ICMS cobrado pelos estados; o outro, que seria danoso, cria um fundo com recursos públicos para estabilizar os custos para o consumidor na bomba e pode abrir espaço para interferência na política de preços da Petrobras.

Também se cogitam eliminar impostos federais sobre a gasolina e o diesel -algo que poderia custar R\$ 50 bilhões anuais.

É preciso buscar soluções que minimizem os impactos para a população na emergência atual, mas sem voluntarismo que danifique ainda mais o depauperado Orçamento federal ou resulte em retrocessos na gestão profissional da empresa estatal do setor.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839&anchor=6451198&pd=58ed2578f939980d7e3e2585d3507079>

De saída do Chelsea, Abramovich moeu técnicos

A era Roman Abramovich no Chelsea parece estar chegando ao fim. Nesta quarta (2), o bilionário russo, pressionado por possíveis sanções a ele e ao clube em razão de seu envolvimento com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou que colocou a agremiação inglesa à venda.

Desde que comprou o clube em 2003 por 140 milhões de libras, Abramovich foi o principal financiador do projeto de futebol e poder que levou adiante com a equipe de Londres.

Enquanto não concretiza o processo de venda, Abramovich é o único acionista da Fordstam Limited, empresa que controla o Chelsea FC PLC, que por sua vez é dono do Chelsea Football Club (o clube).

Por meio de empréstimos, ele injetou, segundo a ESPN, pouco mais de 1,5 bilhão de libras (R\$ 10 bilhões) de sua própria fortuna para dar suporte financeiro que permitiu ao time brigar pelos mais importantes títulos do futebol inglês e europeu nos últimos 20 anos. Em outras palavras, um empréstimo para si mesmo.

Dinheiro fundamental não só para a construção de elencos estrelados e alçar o Chelsea à condição de superclube, mas também para que os londrinos pudessem atravessar sem grandes sustos períodos como o da pandemia da Covid.

No temporada que se encerrou em 30 de junho de 2021, na qual conquistou a taça da Champions League, o clube revelou prejuízo de 145,6 milhões de libras (cerca de R\$ 994 milhões) no período, já descontados os **impostos**.

Isso não o privou de desembolsar 97,5 milhões de libras (R\$ 666 milhões) na contratação do atacante Lukaku para a atual temporada. Lukaku, 28, foi contratado ainda em 2011 pelo Chelsea, mas não foi bem aproveitado e se transferiu (ao Everton) em 2014. Quase uma década depois, ele está de volta a Londres como a contratação mais cara do Chelsea.

Abramovich também fez a negociação mais cara por um goleiro. Em 2018, contratou o espanhol Kepa Arrizabalaga, do Athletic Bilbao, por 71 milhões de libras, recorde por jogadores da posição.

Com tanto investimento, Abramovich diz que não cobrará os empréstimos de volta a partir da venda da agremiação. "Eu não vou pedir nenhum empréstimo para serre-embolsado. Isso nunca foi sobre negócios ou dinheiro para mim, mas sobre pura paixão pelo jogo e pelo clube. Além disso, instruí minha equipe a criar uma fundação de caridade onde todos os lucros líquidos da venda serão doados. A fundação será para o benefício de todas as vítimas da guerra na Ucrânia", disse, em nota.

Em quase 20 anos no Chelsea, uma das facetas que melhor definem Abramovich é a capacidade de moer técnicos. Já foram 13 profissionais contratados pelo russo, quase um treinador por temporada.

Sua aposta de maior sucesso e que define seu reinado no clube foi a contratação de José Mourinho, em 2004, logo depois de o português ter vencido a Champions League com o Porto. Logo em sua primeira temporada, Mourinho levou o Chelsea a títulos da Premier League e da Copa da Liga Inglesa. Na temporada seguinte, obteve o bi da Premier. Despediu-se em 2007, com uma Supercopa da Inglaterra, outra Copa da Liga e uma FA Cup.

Depois Mourinho voltou em 2013 e devolveu o time londrino ao topo. Na temporada 2014/2015, fez mais uma dobradinha com os troféus da Premier League e da Copa da Liga Inglesa, seus dois últimos títulos pelo Chelsea antes de sair em dezembro de 2015.

Outros técnicos de renome tiveram dificuldades de lidar com Abramovich. Carlo Ancelotti chegou ao Chelsea em 2009 e logo faturou a Premier League, a Supercopa da Inglaterra e a Copa da Liga. Na segunda temporada, não levantou taças, e Abramovich o demitiu. "Meu princípio no Chelsea foi glorioso. Iniciamos a temporada muito bem, com o time ganhando 14 das 16 partidas por todas as competições. Porém nem [Silvio] Berlusconi havia sido tão exigente", afirmou Ancelotti, sobre o dono do Milan, com quem trabalhou sete anos.

Já o italiano Antonio Conte foi campeão inglês em sua primeira temporada e adicionou uma FA Cup no segundo ano, mas também não resistiu.

Seu compatriota Maurizio Sarri conquistou a Europa League, mas deixou Londres após uma única

temporada para treinar a Juventus. É até hoje o único técnico da era Abramovich que escolheu deixar o clube para assinar contrato com outra instituição.

E foi com um técnico inexperiente que o Chelsea conquistou sua primeira Champions League. Ex-jogador do time, Roberto Di Matteo assumiu após passagem do português André Villas-Boas, que substituiu Ancelotti. Assistente de Villas-Boas, Di Matteo guiou o time inglês ao título europeu, adicionando mais uma FA Cup à sala de troféus.

Mesmo assim, Di Matteo durou só mais seis meses.

A segunda Champions do Chelsea veio com o alemão Thomas Tuchel, que ainda venceu Mundial de Clubes, superando o Palmeiras na final - os ingleses já tinham perdido para o Corinthians, em 2012, com o espanhol Rafa Benítez.

Também passaram pelo Chelsea na gestão Abramovich o italiano Cláudio Ranieri, o israelense Avram Grant, o brasileiro Luiz Felipe Scolari (caiu com sete meses de trabalho), o holandês Guus Hiddink e o inglês Frank Lampard.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839&anchor=6451214&pd=4f35e02401c6008e06d6993262a8faab>

Fundo eleitoral supera orçamento de 99,8% dos municípios

**ADRIANA FERRAZ SÃO PAULO WESLEY GALZO
BRASÍLIA**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter o fundo eleitoral em R\$ 4,9 bilhões.

O valor reservado ao financiamento de campanhas nas eleições deste ano é superior ao orçamento de 99,8% dos municípios brasileiros, incluindo nessa conta toda a arrecadação com impostos, além de transferências federais e estaduais para as cidades. Em 2020, segundo dados da Frente Nacional dos Prefeitos, 17 capitais não alcançaram essa mesma receita.

Com o aval dado por nove dos 11 ministros do Supremo, os partidos - que, diferentemente de prefeituras, são entidades privadas - dividirão a verba estipulada pelo Congresso de acordo com as bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados em 2018. Desse modo, os maiores beneficiados serão o União Brasil (fusão entre o DEM e o PSL) e o PT.

Somando-se o fundo eleitoral ao Fundo Partidário, de R\$ 1,06 bilhão, somente o União Brasil receberá quase R\$ 1 bilhão de recursos públicos ao longo deste ano. O valor equivale, por exemplo, ao orçamento anual de duas capitais brasileiras: Rio Branco (AC) e Macapá (AP). De acordo com a FNP, apenas 95 dos 5.568 municípios brasileiros têm uma receita anual bilionária.

Ao aprovar o montante que custeará as eleições de outubro, a maioria dos ministros considerou que o Congresso não feriu a Constituição ao elevar o valor utilizado nas eleições de 2018 e 2020 - as primeiras realizadas com recursos públicos - nem ao definir uma regra para o cálculo do fundo.

Em julho do ano passado, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputados e senadores modificaram, via emenda, o texto proposto pelo governo Jair Bolsonaro para definir que o "fundo" fosse equivalente a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022. A conta resultou em R\$ 5,7 bilhões, valor vetado pelo Palácio do Planalto e reduzido posteriormente durante a votação definitiva do Orçamento deste ano, passando aos atuais R\$ 4,9 bilhões.

Para o partido Novo, que entrou com ação no Supremo contra o valor do fundo eleitoral, houve vício de iniciativa na votação da LDO, prejudicando todo o processo seguinte. De acordo com a legenda, a alteração feita por meio de emenda parlamentar no texto original seria inconstitucional.

Somente o relator da ação, André Mendonça, e o ministro Ricardo Lewandowski votaram para reduzir o fundo. Manifestaram-se a favor da manutenção dos R\$ 4,9 bilhões Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Gilmar Mendes e, parcialmente, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber - ambos acompanharam Mendonça ao considerar a existência de vícios na aprovação da LDO, mas divergiram sobre a inconstitucionalidade do Orçamento.

"DESPROPORCIONAL".

Mendonça apresentou, na primeira sessão de julgamento, um longo voto no qual considerou a cifra "desproporcional". Como solução, ele propôs que o valor para este ano fosse igual ao fixado para a eleição de 2020 (R\$ 2,1 bilhões), corrigido pela taxa do IPCA-E até dezembro de 2021. O valor ficaria em cerca de R\$ 2,3 bilhões - ou seja, R\$ 200 milhões a mais do que a proposta enviada pelo governo ao Congresso durante a formulação do Orçamento.

A maioria dos ministros, no entanto, considerou que não compete à Corte alterar os valores fixados pelo Congresso.

A divergência ao voto do relator foi aberta por Nunes Marques, que disse não ver "extrapolamento" dos limites estipulados na LDO. Para o magistrado, "o financiamento público faz parte de um mecanismo desenhado para possibilitar a pluralidade do debate político".

O presidente do Supremo, Luiz Fux, embora tenha acompanhado Nunes Marques, apresentou um voto crítico aos valores fixados pelo Legislativo, mas ressaltou que não houve inconstitucionalidade no processo.

Ainda segundo Fux, a Corte não tem "capacidade constitucional" para decidir sobre este assunto, que seria de competência exclusiva do Congresso. "O

valor é alto, mas inconstitucionalidade aqui não há", afirmou.

O caso foi tratado por Fux como mais um exemplo de judicialização da política, em que partidos insatisfeitos com decisão do Congresso recorrem ao Supremo. Ele afirmou ainda que este tipo de ação tem gerado problemas institucionais à Suprema Corte. "Cabe a quem votou essa iniciativa pagar o preço social, não nós do Supremo. Nós não votamos", concluiu.

PODERES.

Para Lewandowski, porém, "excessos realizados por Executivo e Legislativo podem, sim, ser corrigidos pelo Judiciário". Ele foi o único a seguir Mendonça na defesa da redução do valor estipulado por deputados e senadores.

Para o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), a ação do Novo foi uma tentativa de "criminalização da política". Antes do julgamento, Lira encaminhou ao Supremo manifestação em que alega a existência de um movimento do partido para "instrumentalizar o Poder Judiciário como instância de revisão de mérito de decisões políticas legítimas do Poder Legislativo".

Após a decisão, o Novo afirmou, em nota, que "o fundo bilionário concentra poder em políticos privilegiados e prejudica ainda mais a nossa democracia".

O texto assinado pelo presidente nacional do partido, Eduardo Ribeiro, defende a correção do valor apenas pela **inflação**. Diz, ainda, que seguirá lutando para que "o dinheiro do cidadão seja respeitado e para que as eleições sejam um momento de fortalecimento da democracia".

"O fundo bilionário concentra poder em políticos privilegiados e prejudica ainda mais a nossa democracia." Eduardo Ribeiro Presidente nacional do partido Novo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Petrobras sob pressão de defasagem de 25% - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

O petróleo tipo brent, referência da política de preços da Petrobras, atingiu US\$ 119,77 na madrugada de ontem. Ao longo do dia, recuou a US\$ 111,12. A estatal, há 50 dias sem alterar valores dos combustíveis nas refinarias, enfrenta pressões para repassar ao menos parte dessa alta.

Até a véspera, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) estimava a defasagem de preços nacionais ao redor de 25%, na gasolina e no diesel. Em 2 de dezembro de 2021, a cotação do brent era de US\$ 68,97. Caso o valor do barril se mantenha em alta, é possível que o preço duplique em pouco mais de 90 dias.

Sempre que fala sobre sua políticas de preços, a Petrobras menciona sua estratégia de não "repassar volatilidades". Em bom português, isso significa não reajustar preços nas refinarias quando ocorrem altas súbitas e não duradouras nas cotações. No entanto, o barril já subia antes do ataque da Rússia à Ucrânia e das sanções econômicas que pressionam o mercado de petróleo e gás.

Conforme o presidente da Abicom, Sérgio Araújo, o nível atual de defasagem de preços nas refinarias só é comparável ao período entre 2011 e 2013, quando a Petrobras acumulou grandes prejuízos. O cenário atual é muito distinto, porque a estatal teve em 2021 o maior lucro de sua história.

A Petrobras não atende a toda a demanda de combustíveis no Brasil, como ficou claro entre outubro e novembro passados. Por isso, o papel dos importadores é essencial para abastecer o mercado. E se a estatal vende em suas refinarias por preços 25% inferiores aos internacionais, fonte complementar de fornecimento, cria desequilíbrio interno.

E difícil imaginar que a Petrobras aceite fazer reajuste de 25% neste momento. Mas está sob forte pressão. Conforme Louise Dickson, analista sênior de petróleo da consultoria especializada Rystad Energy, o mercado está em modo pânico. Vê uma "situação extrema, em qualquer medida, nos preços históricos do petróleo". Segundo a analista, ainda que Rússia e Ucrânia alcancem um cessar-fogo, a frágil situação ucraniana e as sanções econômicas devem manter a

cotação do barril acima de US\$ 100 no curto prazo "e ainda mais alta se o conflito escalar".

Real em alta: otimismo ou autoengano?

No meio da guerra e com os níveis de incerteza subindo para o infinito, o dólar fechou ontem em R\$ 5,028, nível mais baixo desde que quase caiu abaixo dessa barreira psicológica em 23 de fevereiro. Antes disso, cotação menor havia sido registrada em 30 de junho de 2021, há oito meses.

O principal motivo é a alta do juro no Brasil, que permite aos investidores externos ganharem dinheiro mesmo se nada de muito bom ocorrer. É o diferencial de juro: nos Estados Unidos a taxa básica é de 0,25% (por enquanto), no Brasil está em 10,75% - 43 vezes maior. Outro é o rotação dos investimentos com a sinalização ainda cautelosa de elevação do juro do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA).

Ontem, segundo Alex Agostini, economista da Austin Rating, o combustível do dia foi um relatório do Credit Suisse que incentivou seus clientes investir no Brasil. O banco suíço deu a Brasil, México e China a classificação overweight, ou seja, recomenda elevar a posição nesses países. Conforme Andrew Garthwaite, estrategista-chefe global do banco suíço, o Brasil entra em "ciclo virtuoso" quando o real se aprecia, o que reduz **inflação** e juro, o que melhoraria a situação fiscal do país.

Consultoria tributária cresce sem gravata e no "chão de fábrica"

Com seis anos de mercado, a Marpa Gestão Tributária (MGT) consolida um estilo inusual no segmento de consultoria tributária: os sócios atendem os clientes sem gravata, para acentuar o espírito "chão de fábrica" pelo qual querem ser reconhecidos.

Michael Soares e Eduardo Bitello assumem que é estilo desenvolvido por outra consultoria, de imagem, e está relacionado a seu público-alvo, pequenas empresas que se encaixam no Simples ou na tributação por lucro presumido, ou seja, com faturamento anual de até R\$ 8 milhões.

- A10 empresas, nove pagam **tributos** de forma errada. Esses empresários se focam na atividade-fim.

Fazem parcelamento de **impostos** para obter certidão negativa (de débitos) - descreve Bitello.

Soares esclarece que, apesar de a consultoria ter a marca da empresa fundada por seu pai, Valdomiro Soares, a Marpa Marcas e Patentes, é totalmente independente. Hoje, tem 150 colaboradores distribuídos na sede, em Porto Alegre, e em escritórios em São Paulo (SP), Goiânia (GO) e Maringá (PR). Os próximos alvos para abertura de unidades são Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

- Fizemos a empresa do zero, só "herdei" a carteira de clientes do meu pai. Crescemos com a dificuldade das empresas. Em média, temos de 60 a 70 novos clientes ao mês - diz Soares.

Os dois sócios criaram uma metodologia que chamam de "três Rs": reorganizar, recuperar e reduzir, todas focadas em questões tributárias. Com um software desenvolvido na empresa, garantem que conseguem revisar os últimos cinco anos em cinco dias.

- A falta de informação é tão grande que, quando chegamos a Goiânia, falamos com um empresário que nos desafiou, dizendo "aqui, não vão achar nada" (em créditos tributários que poderiam ser usados para abater **impostos** devidos). Em três dias, achamos cerca de R\$ 22 milhões. As empresas muitas vezes têm dinheiro embaixo dos olhos e não enxergam - relata Soares.

A PARTE "DIVERTIDA" DAS SANÇÕES ECONÔMICAS: IATES DE OLIGARCAS RUSSOS ESTÃO SENDO CONFISCADOS. NA FRANÇA, FOI APREENDIDO O AMORE VERO, COM 85 METROS, DO PRESIDENTE DA PETROLEIRA ROSFNET, IGOR SECHIN. HOVE RUMOR SOBRE ODILBAR, UM DOS MAIORES DO MUNDO, COM 156 METROS (UMA QUADRA E MEIA), MAS A ALEMANHA INFORMOU QUE SÓ IMPEDE O BARCO DE SAIR DE HAMBURGO.

44,9 pontos foi o índice de produção da Sondagem Industrial de janeiro. Segundo a Fiergs, trata-se do pior resultado do mês dos últimos quatro anos, 3,4 pontos abaixo da média para o período. Com variação de zero a cem, pontuação abaixo de 50 indica tendência de baixa. Foi atribuído, "possivelmente" à intensa onda de covid-19 no início de 2022. O emprego segue em alta pelo 19º mês seguido. É o que a coluna sempre diz: o que prejudica a atividade é a doença, não a restrição.

"Insegurança total"

Mal deu tempo para a coluna perguntar como estão exportações e importações para a Rússia já ouviu um desabafo de José Augusto de Castro, presidente-

executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB): - Há diversas variáveis sobre as quais não há controle algum. O cenário é de insegurança total.

Embora a expulsão de sete bancos russos do sistema que facilita transações internacionais, o Swift, ainda não esteja em vigor (deve levar mais uma semana), Castro explica que, diante da incerteza sobre o pagamento, "nesse meio-tempo, para tudo".

- Claro que há exceções, para alimentos e energia. Mas não para o frete. Que navio vai atracar na Rússia sem saber se o frete vai ser pago? Estamos todos asfixiados, há uma camisa de força para todo o mundo.

Na prática, confirma, já parou. Além dos temores com a quitação de contratos já feitos, detalha, há paralisação de contratos novos.

- Nenhuma das duas partes vai querer firmar contrato enquanto não tiver segurança do que vai acontecer de fato. Imagina quantos contratos estão sendo descumpridos neste momento, não por má-fé, mas porque o mercado está impossibilitado de cumprir. Vai gerar um gigantesco passivo de contratos inadimplentes. Os advogados vão ficar felizes.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Que safra cabe no estoque de fertilizantes - CAMPO E LAVOURA

GISELE LOEBLEIN

Até quando o Brasil consegue segurar a produção agrícola com o estoque de fertilizantes que tem "em casa"? A valiosa pergunta, feita repetidas vezes diante do contexto atual, não tem resposta consensual. Com 104 associadas, incluindo gigantes do segmento, a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) emitiu nota ontem. No documento aponta uma quantidade de mercadoria suficiente para atender a demanda por um período de três meses, segundo agentes de mercado. Reforça, ainda que o volume é 25% superior ao de igual período do ano passado.

A perspectiva se contrapõe afeita pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que falou, em entrevista à rede CNN, em produto suficiente para dar conta da necessidade de produtores até outubro.

Há uma certeza, no entanto, em relação ao tema. É sobre a elevação de preços do insumo, já verificada na prática. Coordenador da Comissão de Trigo da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Hamilton Jardim relata que, na última semana, a ureia ficou 15% mais cara. Pelo menos esse foi o percentual que ele verificou ao buscar produto para a safra de inverno que irá cultivar.

- Acredito que, para a safra de trigo, o grande impacto será o do preço, não o da falta do produto (fertilizante) - diz.

O mesmo, no entanto, não pode ser dito com relação ao plantio de grãos de verão do ciclo 2022/2023. Há uma incerteza quanto ao abastecimento até lá, a depender de uma série de fatores relacionados ao conflito Rússia- Ucrânia. Fora as questões de acesso ao crédito, reflexo dos prejuízos impostos ao produtor gaúcho em razão da estiagem.

- Há dois insumos básicos (para a produção): água no verão, e o adubo, que traz a fertilidade e maximiza a produtividade - alerta Jardim.

Superintendente do Senar-RS, Eduardo Condorelli explica que a quantidade de adubo a ser utilizada é definida a partir de um processo que começa com a análise de fertilidade do solo. Com essa informação e com o cálculo da produtividade desejada, verifica-se que nutrientes (e em que quantidade) são necessárias

para alcançar esse rendimento.

A CHUVA DA ÚLTIMA SEMANA CONTRIBUIU PARA A RECUPERAÇÃO PARCIAL DE MANANCIAS NO RS, SEGUNDO INFORMATIVO DA EMATER DE ONTEM. NO CASO DA SAFRA DE VERÃO, O RETORNO DA UMIDADE AO SOLO BENEFICIOU 74% DOS 6,3 MILHÕES DE HECTARES DAS LAVOURAS DE SOJA NO ESTADO E 24% DOS 793,4 MIL HECTARES PLANTADOS COM MILHO, QUE SE ENCONTRAM EM FASES DE ALTA DEMANDA DE ÁGUA.

Logística para a Expodireto

Tamanho, forma e tecnologia embarcada são algumas das características que despertam a atenção dos visitantes para aqueles que são os motores de vendas na Expodireto Cotrijal: as máquinas. Mas é preciso muita organização e logística para fazer as grandes estrelas chegarem até o parque da feira, em Não-Me-Toque, no norte do Estado. É preciso alinhar estoques de concessionárias e fábricas com cronograma de entrada no local, um trabalho que exige antecedência.

Com três unidades fabris no RS, a Massey Ferguson finaliza hoje o processo de chegada dos produtos que irá levar ao evento. A preparação, no entanto, começa pelo menos três meses antes, com a definição de quais serão e de onde virão os equipamentos, explica Moisés de Oliveira, coordenador comercial da marca: - Tem toda uma engenharia para adequar a data limite de chegada no parque, com o envolvimento dos times de marketing e logística.

Para lidar com produtos como esses, de grande porte, é preciso contar com transporte especial. Nesse contexto, os tratores são a parte mais simples, por assim dizer. Máquinas maiores, como colheitadeiras e pulverizadores, precisam ser ajustadas ao limite de largura estabelecido pelo Dnit, que é de 3,2 metros.

É o caso da colheitadeira Momentum, que, em operação, tem 3,6 metros de largura. Para a viagem, precisa ser redimensionada, entrando no modo transporte, com 3,2 metros em 60 segundos. O equipamento que combina enfardadora e plastificadora (foto acima) e será lançado no evento é conduzido em uma prancha. No parque, uma equipe de mecânicos fica à disposição para a preparação final.

Do PR para a feira Para a fabricante New Holland, a Expodireto começa quatro meses antes da abertura oficial, conta Carolina Brandão, gerente de marketing Brasil da New Holland. É quando se inicia o mapeamento dos produtos e novidades a serem levados. A partir daí, entra a otimização da logística: - Passamos a fazer contato com as concessionárias, principalmente as mais próximas, para ver a disponibilidade de reserva.

Dez dos 35 pontos de venda da marca no RS ficam no entorno de Não-Me-Toque. Neste ano, cerca de 90% dos itens que serão expostos acabaram saindo da fábrica de Curitiba, no Paraná. Reflexo do cenário de alta demanda e estoques mais ajustados em razão do ritmo da cadeia de suprimentos pós advento da pandemia.

Assim como a New Holland, na Case IH (ambas do grupo CNH), é possível buscar aquilo que não estiver disponível na fábrica. Para a feira, serão sete máquinas, além das plataformas de corte, detalha Janaína de Lima, especialista de eventos da Case IH. Para deixar tudo pronto até a abertura, são necessários 10 dias de trabalho.

a Nos tratores, é uma logística mais fácil. As colheitadeiras vão desmontadas. Com cerca de 15 dias de antecedência começam a chegar. Temos pessoas trabalhando lá desde o dia 22.

CAROLINA BRANDÃO Gerente de marketing Brasil da New Holland

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Imposto zero para importar jet skis, balões e dirigíveis

O Ministério da Economia informou ontem que zerou as alíquotas dos **impostos** de importação sobre jet skis, balões e dirigíveis. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 10 dias. Atualmente, os importadores desses produtos pagam 18% de imposto. As informações são do portal gl.

Em dezembro, o governo federal já havia autorizado a importação de motos aquáticas e barcos a vela usados, com até 30 anos de fabricação, alegando que a medida contribuiria para impulsionar o turismo.

Acordo Foi publicada também a redução a zero do imposto sobre 30 produtos para o setor aeronáutico, como impressoras, máquinas de corte e aparelhos de telefone.

"A redução tarifária alinha as alíquotas aplicadas pelo Brasil para bens do setor aeronáutico ao preconizado pelo Acordo sobre Comércio de Aeronaves da Organização Mundial de Comércio (OMC)", disse o ministério.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Redução em imposto para fomentar economia divide opiniões

BIANCA ALVES

A aprovação à decisão do governo de reduzir até 25% do IPI da grande maioria dos produtos industriais está longe de ser uma unanimidade.

A medida começou a valer a partir da sexta-feira de Carnaval e foi comemorada pela indústria, questionada por especialistas e rechaçada por estados e municípios.

A redução é uma tentativa do governo federal de estimular a economia e deve beneficiar mais de 300 mil empresas, em especial da indústria de transformação.

O Decreto 10.979 prevê ainda a redução do IPI sobre os automóveis em 18,5%, mas há variações de acordo com a eficiência energética e o tipo de veículo, entre outras características. O Ministério da Economia estima um impacto fiscal de R\$ 19,6 bilhões neste ano, que chegará a R\$ 20,9 bilhões em 2023.

"É com certeza uma medida acertada, já devida pela **reforma tributária**, que ia acabar com o IPI. O ideal seria reduzir em 100%, mas 25% já é bom", elogiou o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe. "É uma vantagem competitiva e acredito que ela vai ter reflexo positivo sobre o crescimento industrial".

Para Roscoe, a redução vai ajudar a indústria a enfrentar um momento adverso, já que, segundo ele, produtos que têm IPI vão baixar de preço e, junto à desvalorização do câmbio, podem segurar a onda inflacionária. "É claro que a guerra entre Rússia e Ucrânia cobra seu preço, principalmente com a escalada dos preços do petróleo.

Mas se o conflito tiver vida curta, as perspectivas são positivas graças à medida", defendeu o presidente da Fiemg.

Sobre a renúncia fiscal de quase R\$ 20 bilhões, Roscoe destacou o superávit de R\$ 100 bilhões que o governo federal teve na arrecadação de janeiro, citado pelo ministro Paulo Guedes ao apresentar a medida. "Essa redução pode acabar se refletindo em mais arrecadação.

Se baixar a carga, você passa a ter uma nova dinâmica de crescimento no setor. O governo não tem uma perda e sim um ganho".

Para o líder classista, a indústria vive uma situação anômala. "Não existe imposto sobre produtos comercializados ou cultivados.

A indústria paga todos os outros **impostos** e ainda é onerada pelo IPI. Não é um privilégio deixar de pagar uma parte do tributo, já que ela ainda segue pagando 75%", frisou Roscoe.

Segundo o presidente da Fiemg, em Minas, a indústria é responsável por 20% do **PIB** e paga mais de 50% dos **tributos**.

O setor industrial acaba concentrando a tributação, porque o número de empresas é menor e mais fácil de fiscalizar. "A redução da carga tributária vai chegar ao consumidor final.

Na indústria, trabalha-se com cadeias longas e o IPI está embutido em vários produtos. Um exemplo é a construção civil, na qual vários produtos têm IPI. Se eles têm essa redução, fica mais barato construir uma casa", concluiu.

O coordenador do Conselho de Mercado de Hidrogênio da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Marcelo Luiz Veneroso, acredita que a redução aumenta a competitividade da indústria e certamente chegará ao consumidor final. "A medida foi solicitada para aumentar a competitividade da indústria e com certeza a indústria irá se valer dela.

Pedimos 100% de redução das alíquotas e o governo atendeu nesse momento 50%. Vai amenizar em parte o aumento dos custos de insumos enfrentados desde o início da pandemia e, por isso, é muito valiosa para o setor", elogiou o executivo, que é diretor-geral da Newman Esser Brasil, empresa especializada na produção de compressores e moinhos para o setor de gases.

Para a Abimaq, a medida não é temerária para as finanças públicas. "Consideramos que a redução do IPI é correta. O imposto foi criado na década de 90 para inibir o consumo de bens como cigarros e

bebidas e se tornou um imposto de arrecadação depois disso", disse Veneroso. Para o executivo, a medida combaterá parte dos problemas do custo Brasil e corrige uma injustiça tributária.

"Mas adicionalmente precisamos que o Congresso aprove a PEC 110 da **reforma tributária**, que inclui o fim de uma série de **impostos**, que também são parte do custo Brasil".

Peso do câmbio - O professor de Administração Geral da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Ivan Beck Ckagnazaroff, concorda que a redução da alíquota do IPI reduzirá os custos de produtos, "à medida em que eles contenham itens industrializados, o que é óbvio, além da produção do produto final". Mas, segundo ele, não se deve esquecer que parte do parque industrial manufatureiro brasileiro importa insumos.

Desse modo, não se pode desconsiderar a taxa de câmbio, principalmente agora com a guerra na Ucrânia, decorrente da invasão russa.

"Este fato também vai estar por trás do aumento do barril do petróleo, que também aumentará os custos de transporte de insumos.

A medida pode aliviar o problema do aumento dos custos de certos insumos, mas não o resolverá", afirmou o professor.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-04-03-2022/>

STF mantém Fundão de R\$ 4,9 bilhões

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter o Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões em 2022, aprovado pelo Congresso. A avaliação da maioria dos ministros é de que não há inconstitucionalidade no chamado fundão, ao contrário do que sustentou o Partido Novo na ação protocolada na Corte. O placar ficou em 9 a 2.

O julgamento teve início em 23 de fevereiro, quando o relator do caso, ministro André Mendonça, deu voto favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo Novo para que o fundo eleitoral retornasse ao valor adotado nas eleições de 2020: R\$ 2,1 bilhões corrigidos pela inflação. Apenas o ministro Ricardo Lewandowski acompanhou o voto do relator. Para a maioria dos magistrados, não é competência do STF alterar os valores definidos pelo Congresso.

Em nota, o Novo disse lamentar a decisão "que manteve o aumento bilionário do Fundão, que concentra poder em políticos privilegiados e prejudica ainda mais nossa democracia".

O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), destacou que o Fundão "é um investimento necessário, que fortalece a democracia".

Já o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) criticou a decisão do Supremo. "O aumento do Fundo Eleitoral é injustificável, absurdo e vergonhoso. Para mim, nada muda: vou continuar não usando um centavo desse recurso indecente nas minhas campanhas", declarou.

Investidores estrangeiros invadem a Bolsa brasileira - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Depois de a Bolsa brasileira apresentar um dos piores desempenhos do mundo em 2021, o jogo virou em 2022. O curioso é que o otimismo vem de fora. Segundo a B3, o mercado acionário brasileiro registrou a entrada de US\$ 14,7 bilhões de dólares em capital estrangeiro desde o começo do ano. Detalhe: o fluxo foi positivo em todos os pregões de 2022. Afinal, o que os investidores internacionais têm enxergado de tão interessante no país? Diversas razões explicam o movimento. Uma das principais é a valorização excessiva das commodities. Como as economias das nações emergentes são muito ligadas a commodities, a tendência natural é de que se beneficiem. A guerra deverá manter os preços valorizados por um bom tempo, o que significa céu de brigadeiro para a bolsa no Brasil. "Salvo um avanço nas negociações de paz, acreditamos que os preços das commodities tendem a subir acentuadamente à medida que vemos a destruição da demanda", diz um relatório do banco Goldman Sachs.

Produtores devem usar menos fertilizantes, diz associação da soja

A Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso está recomendando uma nova estratégia para seus associados: reduzir o uso de fertilizantes. Segundo o presidente da entidade, Fernando Cadore, essa é a melhor maneira de evitar a queda drástica dos estoques, que ficarão comprometidos em virtude da guerra. De acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos, os estoques brasileiros duram no máximo três meses. Nesse período, será preciso prospectar novos fornecedores.

Crise global abre frentes de negócios no Brasil

A velha máxima diz que toda crise abre oportunidades de negócios. Para a mineira Verde Agritech, a lógica não poderia ser mais verdadeira. Com a provável escassez de fertilizantes após a invasão russa na Ucrânia, a empresa decidiu tomar uma medida urgente: acelerar a produção de fertilizantes de potássio no município de São Gotardo. Segundo a Verde, a unidade iniciará a produção no terceiro trimestre, com capacidade para 1,2 milhão de toneladas por ano, ou o triplo da produção atual da companhia.

Federação quer atrair startups para o futebol

O futebol brasileiro está pronto para se modernizar. Com a profissionalização dos clubes trazida pela SAF (Sociedade Anônima do Futebol), a tendência é de que surjam novos negócios. Um exemplo: a Federação Paulista está em busca de startups que tragam soluções capazes de aumentar o engajamento do torcedores, melhorar as transmissões dos jogos e proporcionar experiências positivas nos estádios. Os interessados devem inscrever os projetos no site Desafio Arena Hub Paulistão até 14 de março.

Rapidinhas

» O Pix lidera com folga as transferências entre clientes do Itaú Unibanco. Em 2021, os pagamentos instantâneos feitos por pessoas físicas corresponderam a 83% de todas as operações desse tipo realizadas pelo banco. O volume financeiro transitado via Pix também é maior quando comparado com as demais modalidades de transferências: equivale a 60% do total.

» As Drogarias São Paulo e Pacheco, controladas pelo grupo DPSP, começaram a vender pelo comércio eletrônico um produto oportuno em tempos de pandemia: autotestes de covid-19 ao custo unitário de R\$ 69,90. Os exames serão vendidos também nas lojas físicas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

» A rede francesa de lavanderias 5àSec pretende inaugurar 60 lojas no Brasil até o final do ano. Atualmente, são 502 unidades, a maioria delas no formato de franquias. A ideia é que a expansão seja feita no interior do país, considerado de alto potencial para negócios. Para abrir a franquia, o interessado deve desembolsar no mínimo R\$ 95 mil.

» O Índice FipeZAP, que acompanha os preços da venda de imóveis residenciais em 50 cidades brasileiras, subiu 0,49% em fevereiro. O ritmo desacelerou. No mês passado, a alta foi de 0,53%. Segundo o levantamento, 46 dos municípios tiveram aumento dos valores ? em 18 deles a variação superou a inflação.

Pobreza assombra brasileiro

MARIA EDUARDA ANGELI*

Passados dois anos de pandemia, os brasileiros pensam como nunca na saúde do bolso. Segundo um levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o desemprego e a inflação estão à frente de saúde, educação e segurança na lista de preocupações da população.

Para 45% dos entrevistados na pesquisa Brasileiros e Pós-Pandemia, a pobreza é fonte de maior apreensão e precisa ser tratada como a prioridade do governo. Ainda segundo o levantamento, 31% defendem o aumento do salário mínimo e 28% desejam a queda da inflação, que fechou 2021 na casa dos 10%. No geral, o custo de vida e a perda do poder de compra também tiraram o sono dos brasileiros. Tiveram mais menções do que saúde, educação e segurança.

O combate à corrupção e a geração de empregos também tiveram destaque. São o motivo de preocupação mais relevante para 23% e 21% dos participantes, respectivamente. Em seguida, aparecem educação (20%), combate à pandemia (18%), serviços de saúde (12%) e segurança e combate à criminalidade (5%).

Os maiores problemas do país, conforme avaliação dos respondentes do estudo, são desemprego (41%), custo de vida e inflação (40%) e corrupção (30%). Há mudanças nas opiniões, no entanto, à medida que variam escolaridade, renda e região do Brasil.

Mário Sérgio Telles, gerente-executivo de Economia da CNI, afirma que, em outras pesquisas do gênero, a preocupação com a qualidade dos serviços de saúde ocupava o topo da lista entre 2014 e 2018. Em 2019, ficou em segundo lugar.

"Ocorre que o brasileiro comum percebe que a economia está andando de lado. Ele sente os efeitos da inflação no supermercado e nas contas de energia e transporte. O número de pessoas trabalhando está aumentando, mas em ritmo insuficiente para atender a quantidade de pessoas procurando trabalho, o que dá a sensação de que o desemprego não recua", detalha o especialista.

Na visão de Felipe Queiroz, economista e pesquisador da Unicamp, a pesquisa atesta "uma dura realidade vivida pelos brasileiros, que é a deterioração da qualidade de vida". De acordo com o acadêmico, desde o início da crise sanitária causada pela

pandemia de Covid-19, a condição de vida de boa parte da população do país piorou ? tanto em função da inflação, que encareceu os produtos da cesta básica, quanto da elevação na taxa de desemprego.

"A atuação do governo federal na pandemia, tanto no quesito saúde quanto na manutenção da atividade econômica, foi desastrosa, e o efeito disso nós estamos observando no atual contexto", avaliou o economista. "O desemprego está em alta, o poder de compra das famílias caiu de modo vertiginoso. Estamos, mês após mês, vendo a inflação aumentar, a taxa de juros subir, o nível de atividade da economia deteriorar. Tudo isso afeta a percepção da população sobre quais são as prioridades", alegou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Endividamento recorde das famílias

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelou que o número de famílias brasileiras com dívidas ou contas atrasadas atingiu o maior patamar em 12 anos.

O percentual de famílias com dívidas a vencer chegou a 76,6%. O número inclui cheques pré-datados, cartões de crédito, cheque especial, carnês de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal e prestação de carro e de casa. O índice representa um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Conforme o levantamento, pelo menos 27% dos lares aparecem no indicador de inadimplência, 2,5% a mais que o apurado em fevereiro de 2021. A parcela que declarou não ter condições de pagar as contas ou dívidas em atraso, ou seja, que permanecerá inadimplente, cresceu 0,4% na comparação com janeiro deste ano, mas o índice ficou estagnado se considerado o registrado no mesmo momento do ano passado, em 10,5%.

Para a diretora da Pontual Contadores e Auditores Associados, Rejane Pires, a **inflação** é o grande percalço. "A **inflação** está aí, sobretudo nos produtos mais básicos da alimentação, e o salário não vem acompanhando isso. Então você tem um poder aquisitivo menor e o básico mais caro. E aí você vai pegar empréstimos que, além de terem juros, nem sempre vão caber dentro do orçamento mensal, porque se a pessoa estava sem dinheiro para se manter para pagar as contas fixas da casa, imagina se entra a parcela de um financiamento", aponta a especialista.

O cartão de crédito segue sendo o principal motivo de dívidas. No total, 86,5% das famílias com dívidas têm pendências dentro dessa modalidade ? 6,5 pontos percentuais a mais do que o observado em 2021 e 7,9 p.p. em vista de 2020.

De acordo com o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a escalada dos juros contribui para o cenário percebido pelo estudo. "O panorama mostra que, na margem, o custo do crédito mais elevado e o próprio endividamento alto entre as pessoas que vivem no mesmo domicílio dificultam a contratação de novas dívidas e o pagamento dos compromissos na data de seus vencimentos." (MEA)

Inflação sem trégua no varejo

Rosana Hessel

A guerra na Ucrânia vem afetando os preços das chamadas commodities negociadas no mercado global e acendeu o alerta para a volta das pressões inflacionárias, tanto dos alimentos quanto dos combustíveis - que têm pesos importantes nos indicadores que medem a carestia. Analistas da economia salientam que o ambiente se tornou mais propício aos aumentos. Antes do confronto no Leste Europeu, eles previam um recuo maior no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - que mede a **inflação** oficial do país - neste ano devido à recente queda do dólar. A desvalorização da moeda norte-americana vem ocorrendo em razão da forte entrada de capital estrangeiro em busca de ações baratas e da taxa básica de juros de dois dígitos paga pelo governo aos detentores de títulos públicos.

Depois da eclosão do conflito entre russos e ucranianos, esses mesmos analistas refazem os cálculos do IPCA para incluir a recente disparada dos preços. A alta das cotações das commodities pode se disseminar, elevando o custo do consumidor com o pãozinho, o macarrão, a carne, além da gasolina e do diesel nas bombas, encarecendo o frete das mercadorias em geral. Segundo eles, o IPCA deverá encerrar o ano acima de 6%, podendo ultrapassar 6,5%, além da mediana das previsões do mercado - hoje, em 5,6% para 2022.

As novas estimativas para o índice são preliminares, pois não se sabe a duração da guerra e o estrago que fará nos preços das commodities. Os preços do trigo, do milho e da soja também dispararam. De acordo com especialistas, a cada 10% de alta no preço do milho, por exemplo, há 2% de aumento do custo dos produtores de carne animal. O economista André Braz, coordenador do núcleo de preços ao consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), destacou que é cedo para saber o impacto no IPCA, mas reconheceu que "não haverá trégua na **inflação** neste ano". Por ora, ele eleva de 5,8% para 6,2% a previsão para a **inflação** oficial de 2022.

"É difícil estimar o impacto dessa guerra, porque o efeito é muito disseminado. Começa no preço do petróleo, passa para o combustível nas bombas, vai para toda a cadeia de derivados, como resinas plásticas, que afetam grande parte da indústria. Depois, temos que considerar os grãos: milho, soja e trigo dispararam e isso afeta a cadeia de alimentos em

uma proporção que os analistas do mercado não haviam considerado", explicou Braz.

O cenário para a economia brasileira já era desafiador diante das eleições no Brasil, e os efeitos da guerra na Ucrânia trouxeram, agora, prováveis danos que serão difíceis de superar ao longo do ano. "Já começo a imaginar um cenário com **inflação** acima de 6,2% para a acomodação dos impactos do conflito na Ucrânia. Mas ainda não sabemos se pode piorar", alertou.

PIORA Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disse que, recentemente, com a valorização do dólar - que chegou a ficar abaixo de R\$ 5 -, tinha reduzido as projeções do IPCA no fim deste ano para algo entre 5% e 5,5%. "Fizemos um cálculo preliminar do impacto da guerra sobre os preços das commodities. Deve dar um impulso no IPCA de, pelo menos, 0,50 ponto percentual e voltamos a prever 6% de alta no indicador no fim do ano", disse. Para ele, "a guerra deve acabar logo", mas ele admite que se o conflito se estender, o impacto inflacionário poderá ser bem maior.

Diretor de estratégias públicas do Grupo Mongeral Aegon (MAG), Arnaldo Lima lembrou que, além de ser uma catástrofe humanitária, o conflito deve "gerar efeitos danosos sobre a economia mundial e a brasileira". "No caso dos alimentos, Rússia e Ucrânia exportam quase um terço do trigo no mundo (28%) e um quinto do milho (18%). Apesar de o Brasil importar a maior parte do trigo da Argentina, ainda assim poderemos sofrer impactos diante de uma interrupção do fornecimento global e da queda nas exportações russas e ucranianas. Até o pãozinho pode ficar mais caro", destacou Lima, que ainda prevê alta de 5,6% para o IPCA deste ano. "Estamos aguardando os desdobramentos para fazermos atualizações", salientou.

TEMPORÁRIA Diante da disparada das commodities com a guerra na Ucrânia, cresce a certeza de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, não conseguirá cumprir a meta de **inflação** em 2022 pelo segundo ano consecutivo. Por isso, analistas não descartam uma revisão, que poderá ocorrer em junho. Entre as apostas, cresce a da adoção de uma meta temporária, para evitar um tranco maior na atividade por conta dos juros elevados. Mesmo antes da guerra, as previsões do mercado para o IPCA estavam em 5,60% - acima do teto, de 5%. No ano passado, o índice foi de 10,06%, quase o dobro do limite superior

da meta anterior, de 5,25%.

Foi a sexta vez que o BC falhou na condução da política monetária e descumpriu o objetivo desde o início do regime, em 1999. E como o IPCA começou o ano acelerando, a mediana das projeções do mercado para a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% anuais, está em 12,25%.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/03/2022/p1>

Supremo ratifica decisão do Congresso e mantém fundo eleitoral em R\$ 5 bi

José Marques

BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) manteve nesta quinta-feira (3) o fundo eleitoral público de R\$ 4,96 bilhões aos partidos em 2022.

O julgamento começou no último dia 23 e foi encerrado na tarde desta quinta, com 9 votos a favor e 2 contra a manutenção do fundo. Só os ministros André Mendonça, relator do processo, e Ricardo Lewandowski votaram pela redução do montante.

Entre os nove ministros que entenderam como constitucional o valor atual do fundo, houve uma divisão de entendimentos, que não deve afetar a quantidade de recursos que irá para as legendas neste ano.

Os ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes consideraram que não foi inconstitucional a elevação, pelo Congresso, do valor do fundo para R\$ 5,7 bilhões na aprovação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Posteriormente, quando o Congresso votou a Lei Orçamentária Anual, os R\$ 5,7 bilhões para o fundo acabaram reduzidos para os quase R\$ 5 bilhões. O Planalto havia sugerido que o montante do fundo fosse de R\$ 2,1 bilhões.

Já os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Cármen Lúcia entenderam que o valor do Orçamento, de R\$ 5 bilhões, está de acordo com a Constituição, mas não os R\$ 5,7 bilhões da LDO.

O julgamento do fundo é emblemático para Mendonça, por ser o seu primeiro como relator de um processo julgado no plenário da corte. Ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Justiça, ele é o mais novo membro do Supremo, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e empossado em dezembro passado.

Apesar dos votos pela constitucionalidade do fundo, a maioria dos ministros se manifestou nas sessões de forma crítica ao valor aprovado pelo Legislativo.

Rosa Weber, a primeira a votar nesta quinta, disse que "compartilhava o desconforto" de colegas com relação ao aumento dos valores do fundo pelos congressistas.

Já Toffoli afirmou que, embora investimentos públicos estejam no "menor patamar da história", têm aumentado os recursos para financiamento de campanhas.

A ação contra o fundo foi apresentada pelo partido Novo. No dia 23, o ministro André Mendonça, relator do caso, havia votado contra um fundo de quase R\$ 5 bilhões e entendido que os valores devem voltar ao patamar de 2020, de R\$ 2 bilhões, mas corrigidos pela inflação.

Mendonça viu falta de proporcionalidade na decisão do Congresso e também um perigo irreparável ou de difícil reparação no uso do montante para esse fim. Ele refutou argumentos do partido Novo para contestar o fundo eleitoral, que argumentava, por exemplo, que havia desvios de finalidade e incompatibilidade com o plano plurianual.

Porém disse que os ministros do Supremo não são limitados a avaliar apenas os argumentos de quem apresentou a ação, mas, "na verdade, examinar a constitucionalidade da lei ou ato normativo atacado de forma global, à luz da Constituição da República de 1988".

"Inexistiu explicação plausível para o volume de verbas dedicadas ao fundo eleitoral alcançar o patamar de R\$ 5,7 bi na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] ou R\$ 4,9 bi na LOA [lei orçamentária] -nas eleições gerais de 2022-, em comparação às duas experiências anteriores, a de 2018 (R\$ 1,7 bi) e a de 2020 (R\$ 2,1 bi)", afirmou Mendonça.

"Em outras palavras, não considerei justificada a imprescindibilidade do aumento de ao menos 230% em relação às eleições de 2020 e 288% em relação às eleições de 2018 -podendo chegar a até 335% se considerada a perspectiva da LDO", disse.

Na quinta (24), o primeiro a votar contra Mendonça foi o ministro Nunes Marques. Segundo ele, é um "passo demasiadamente largo conferir ao Supremo a tarefa de corrigir as opções legislativas feitas pelos representantes do povo" em relação às prioridades

orçamentárias para 2022.

"Não pode o Supremo assentar, ainda que em um cenário de restrição orçamentária, e mesmo de crise pandêmica, a melhor alocação para a receita pública, visto ser essa tarefa eminentemente política", disse Kassio.

De acordo com o ministro, o momento adequado para que a sociedade corrobore ou não com as decisões do Legislativo são as eleições.

No mesmo dia, o presidente da corte, Luiz Fux, disse que "o valor [do fundo] é alto, [mas] inconstitucionalidade, aqui, não há".

"O que está em jogo aqui é valor, e nós não temos capacidade institucional para dispor sobre isso. O que está em jogo aqui é valor, não é confronto com a Constituição. Aliás, o debate aqui é lei com lei, não se debate nada sob o prisma constitucional" disse Fux.

"Sempre sobra para que o Supremo Tribunal fique com a pecha de que aumentou ou diminuiu o fundo eleitoral. Absolutamente não. Nós estamos analisando. Nós somos juízes da Constituição. Nós temos que saber se essa estratégia político-eleitoral inerente à democracia é da nossa competência ou da competência da legislativa."

Com a manutenção do formato, o Brasil se torna um dos países que mais destinam recursos públicos para campanhas eleitorais no mundo. A verba é distribuída aos partidos, em linhas gerais, de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara e no Senado.

Um levantamento feito pelo Instituto Millenium, defensor de pautas liberais, diz que em 2018 houve maior concentração de recursos fundo eleitoral entre candidatos mais ricos.

Candidatos com patrimônio declarado acima de R\$ 2 milhões, segundo o levantamento, receberam oito vezes o valor recebido por candidatos que declararam patrimônio até R\$ 100 mil.

A ação do partido Novo questionava trecho da LDO que previa a verba do fundo eleitoral equivalente a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022, mais o valor informado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) -soma que totalizava R\$ 5,7 bilhões.

Na ação, o Novo sustentava que houve definição arbitrária do valor pelo Legislativo e que o projeto saiu do Executivo com previsão de R\$ 2,1 bilhões. A LDO foi aprovada com esse montante e, então, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Mais tarde, deputados e senadores aprovaram o Orçamento de 2022 com redução da quantia para quase R\$ 5 bilhões. Esse valor foi sancionado por Bolsonaro.

O partido Novo divulgou uma nota afirmando lamentar a decisão do STF. Segundo a legenda, o fundo "concentra poder em políticos privilegiados e prejudica ainda mais nossa democracia".

"Lutamos na Câmara contra esse aumento absurdo, que tira recursos de áreas essenciais para garantir ainda mais recursos controlados por caciques partidários. Convictos do atropelo de interesses no Congresso, seguimos defendendo no STF a inconstitucionalidade de uma decisão dos parlamentares ", disse o partido.

"Infelizmente, vivemos em um país onde é necessário relembrar todos os dias que o cidadão paga caro por cada privilégio e benesse concedido a partidos, políticos e grupos de interesse."

O advogado do partido, Paulo Roque Khouri, diz que a decisão do Supremo "abre um precedente que julgo perigosíssimo". "Isso praticamente está dando carta branca ao Congresso para alterar sem critérios as leis orçamentárias, como ocorreu no caso da mudança de cálculo do fundo", afirma.

"Se aumentaram o fundo para quase R\$ 5 bilhões quando a proposta do executivo era de R\$ 2 bilhões, amanhã poderão fazer alteração semelhante e aumentar para R\$ 10 bilhões, R\$ 15 bilhões, que também estará correto", diz.

9 votos a favor do fundo de R\$5 bi

Kassio Nunes Marques

Alexandre de Moraes

Luiz Fux

Edson Fachin

Dias Toffoli

Gilmar Mendes

Luís Roberto Barroso

Rosa Weber

Cármem Lúcia

2 votos contra

André Mendonça (relator)

Ricardo Lewandowski

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839&anchor=6451198&pd=58ed2578f939980d7e3e2585d3507079>

Índice de commodities caminha para maior alta semanal em 50 anos

LONDRES | FINANCIAL TIMES

Os preços globais das commodities estão a caminho da maior alta semanal em mais de 50 anos, e os preços do gás natural na Europa atingiram um novo recorde, enquanto a guerra na Ucrânia desencadeia "movimentos excepcionais" nas matérias-primas, do petróleo ao trigo.

O índice S PGSCI, um amplo barômetro do preço das matérias-primas globais, saltou 18% nesta semana, deixando-o a caminho do aumento mais forte registrado desde 1970, segundo dados da Refinitiv. Está agora no seu nível mais alto desde 2008.

Os preços do petróleo nos Estados Unidos atingiram o maior nível desde 2008 nesta quinta (3). Tudo, de trigo a alumínio e carvão, também disparou, em um movimento que terá efeitos profundos sobre as empresas e os consumidores globais.

"Os acontecimentos na Rússia e na Ucrânia estão desencadeando movimentos excepcionais nos preços das commodities, que podem ter implicações estruturais no fornecimento de longo prazo (...) mas também acreditamos que há ameaças críveis de destruição da demanda à medida que os preços das commodities derretem", disse Dominic O'Kane, analista do JPMorgan.

O West Texas Intermediate, referência do petróleo nos EUA, chegou a subir 6%, para mais de US\$ 116 o barril, enquanto o alumínio continuou sua marcha implacável, batendo outro recorde. O trigo estava sendo negociado em níveis vistos pela última vez em 2008.

Na Europa, os preços do gás natural no atacado chegaram a quase 200 por megawatt-hora, enquanto o carvão térmico -usado em usinas de energia- ultrapassou US\$ 400 a tonelada.

Os enormes ganhos vão aumentar ainda mais a **inflação** que os bancos centrais estão lutando para controlar, elevando o custo de vida em todo o mundo.

A Rússia é um dos principais fornecedores globais de petróleo, gás, metais e grãos. As sanções ocidentais a Moscou evitaram diretamente os recursos naturais, o que, em teoria, os deixa disponíveis para o comércio,

mas bancos, seguradoras, companhias de navegação e parceiros comerciais estão e tivamente boicotando o país para reduzir o risco legal e para a reputação.

"Está ficando mais claro que o conflito está tendo impacto na demanda por petróleo russo", disse Warren Patterson, analista do ING. "Os compradores estão cada vez mais relutantes em se comprometer?" O petróleo Brent chegou a ser cotado a US\$ 116,28 o barril. A Rússia exporta 5 milhões de barris de petróleo por dia -5% da oferta global.

Em consequência da autossanção, os traders estão lutando para encontrar outras fontes de oferta em mercados que já estão apertados devido ao aumento da demanda, à medida que as economias dispararam após o relaxamento das restrições da pandemia. Isso está derrubando os fluxos de comércio estabelecidos em registro e alimentando ainda mais as pressões inflacionárias.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839>

Apoio da China à Rússia para amortecer sanções econômicas tem limites (Artigo)

ANÁLISE *Rodrigo Zeidan Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ.*

A China vai amortecer as sanções impostas pelos EUA e pela Europa, mas isso não vai impedir uma brutal crise econômica russa. As sanções limitam o acesso dos russos à compensação em dólares e euros. Empresas e o governo russo tentam dificuldades para comprar e vender moedas americanas e europeias, o que causa inúmeros problemas, como explosão da taxa de câmbio, limitação de importação, inflação e possível crise financeira.

A Rússia conta com a ajuda dos chineses para limitar os danos à sua economia, mas o apoio chinês não é incondicional. China e Rússia são aliados contra EUA e a União Europeia em matérias geopolíticas, mas há dois freios ao apoio chinês: um histórico de confrontos entre os países e a diferente visão dos dois países sobre o Ocidente: a Rússia os vê como inimigos, mas a China enxerga EU A e U não Europeia mais como adversários.

China e Rússia não eram aliados incondicionais nem mesmo quando ambos eram os principais países comunistas do mundo. Mao se afastou da União Soviética depois da morte de Stálin. Os problemas entre a China de Mao e a Rússia de Krushov e Brejnev chegaram a uma guerra não declarada em 1969. Durante sete meses, foram várias as escaramuças, incluindo a Batalha da Ilha Zhenbao, na qual tropas chinesas atacaram militares soviéticos, matando dezenas de soldados e um coronel. Durante parte dos anos 1970 e 1980, a China considerava a Rússia seu maior inimigo, enquanto abria relações diplomáticas com os EUA. A Rússia apoiou a invasão do Camboja pelo Vietnã, seu aliado, que acabou na derrubada do Khmer Vermelho, apoiado pelos chineses. Em retaliação, a China invadiu parte do Vietnã em 1979.

Desde então, as relações entre as duas potências evoluíram de diversas formas, com normalização e fortalecimento das relações diplomáticas, cooperação tecnológica e estreitamento de laços econômicos. Mas isso não significa ausência de tensões. Por exemplo, a Índia é um dos poucos países que não denunciaram vigorosamente o ataque russo à Ucrânia, pelo apoio russo aos seus conflitos geopolíticos contra a China.

Outro país no meio dessas pressões é a Mongólia.

Hoje, as relações entre China e Rússia estão formalizadas no Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, assinado em julho de 2001. Curiosamente, o tratado terminaria no mês passado, mas em junho de 2021 foi assinada uma extensão de cinco anos. O tratado estabelece vários mecanismos de cooperação militar, econômica e financeira; em 2001, o maior interesse chinês era o acesso à tecnologia militar russa.

A China não vai abandonar a Rússia e chegou a pedir a Putin que não invadisse a Ucrânia durante os Jogos de Inverno, que acabaram em 20 de fevereiro. Mas há limites para o que a China pode fazer. Mais de 85% do comércio entre os países é compensado em dólar e euro. Bancos chineses que emprestam moeda estrangeira a empresas russas estariam sujeitos a sanções. O yuan não é conversível mundialmente; para os russos, não adianta receber em uma moeda que só pode ser usada na China.

Pequim está mudando seu discurso de apoio aos russos e até deixando críticas às ações na Ucrânia reverberar na mídia local. Com o crescimento econômico chinês e o declínio russo, a balança de poder entre os dois países mudou.

A Rússia continua a oferecer algo aos chineses, que é o apoio geopolítico. Mas a utilidade dos russos para a China é muito menor do que no passado. O mundo não é um jogo de soma zero, no qual Rússia e China só podem ganhar algo à custa do resto do mundo. As ações russas são fundamentalmente irracionais, o que contraria o pragmatismo chinês. Infelizmente, a China não deve agir fortemente para acabar com a guerra, mas pelo menos não vai auxiliar os russos com armas; em uma guerra por procuração, a China vai lavar as mãos. Mas é pouco.

Autoridades chinesas gostam de declarar que seu objetivo é que o mundo respeite a China como potência mundial. Está aí uma excelente oportunidade para a China ser protagonista. Será que os chineses vão trabalhar fortemente pela paz? Para o bem de todos, esperamos que sim.

[...] Mais de 85% do comércio entre os dois países é compensado em dólar e euro. Bancos chineses que

emprestam moeda estrangeira a empresas russas estariam sujeitos a sanções. O yuan não é conversível mundialmente; para os russos, não adianta receber em uma moeda que só pode ser usada na China

ANÁLISE Rodrigo Zeidan Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ.

Telão transmite em shopping center em Pequim encontro virtual entre o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder chinês, Xi Jinping, em dezembro do ano passado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

39

Quanto a Rússia vai sofrer - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

A economia da Rússia pode encolher de 7% a 10% neste ano por causa das sanções de governos e da debandada de empresas e bancos americanos e europeus. Sim, previsão de crescimento econômico costuma ser chute ruim. No caso da Rússia em guerra com a Ucrânia e sob ataque econômico ocidental, a especulação é ainda mais temerária.

Mas suponha-se que as primeiras previsões menos pessimistas de bancos e similares se confirmem: queda de uns 7% do **PIB** neste ano e, então, crescimento regular entre 1% e 1,5%. Parece o Brasil da década de 2014 a 2019.

A economia brasileira encolheu mais de 7% no biênio 2015-2016 e cresceu em torno de 1,5% de 2017 a 2019. Em 2021, recuperou as perdas do ano de epidemia de 2020 e algo mais -vamos saber detalhes nesta sexta-feira (3), quando sai o **PIB**.

Pelas previsões de agora, a Rússia estaria muito longe de um colapso venezuelano e mesmo do tombo do Irã, estrangulado pelas sanções de Donald Trump, mas que sobrevive. Nós sobrevivemos, na nossa morte lenta. Haveria tumulto político na Rússia, onde de resto jamais houve democracia, fora umas tentativas de meia dúzia de anos?

Que esquema de poder sustenta Vladimir Putin? Que grupos, militares ou oligarquia, daria um chega para lá no autocrata? Ainda que Putin fosse posto para fora, qual seria a política externa? Haveria um recuo geral, uma subordinação russa ao esquema americano-europeu a ponto de as sanções serem logo canceladas? Não parece provável.

Não se sabe quanto a guerra vai durar, quanto vai custar ou mesmo se pode dar em desastre internacional ainda maior. Não se sabe se o "Ocidente" ainda vai impor sanções que podem jogar o mundo inteiro em recessão (que seria o caso se houvesse boicote oficial e geral do petróleo, do gás, dos grãos e dos minérios e metais russos).

É possível, porém, apontar de modo razoável os riscos de colapso, além de mais **inflação** e juros altos, o mais óbvio.

A Rússia e suas empresas podem dar um calote na dívida externa, com o que secariam as fontes restantes de financiamento. É o que escreve Sergei Aleksashenko, vice-ministro de Finanças e vice do Banco Central da Rússia nos anos 1990, em artigo para a Al Jazeera.

Segundo Alekasashenko, bancos e empresas russos teriam de pagar mais de US\$ 100 bilhões de juros e parte do principal de sua dívida externa nos próximos 12 meses. Muito? Em 2021, o saldo do balanço de pagamentos, a conta final de entradas de dinheiros por comércio e finança, foi positiva em impressionantes US\$ 120 bilhões.

Mesmo que repetisse esse saldo, o pagamento da dívida deixaria a Rússia no osso. No entanto, o país ainda vai perder investimento externo, não vai receber quase nenhum e deve exportar menos (pois empresas do resto do mundo comprarão menos da Rússia, mesmo que não estejam impedidas por sanções). Então, a Rússia teria de importar menos e dar um jeito de sacar reservas internacionais a que ainda têm acesso. Como?

O problema não para por aí, claro. A economia dita real vai padecer, pois não vai poder importar peças, componentes e máquinas. Muita coisa vai pifar, a produtividade vai cair.

A questão óbvia é saber se a Rússia pode contar com a China como cliente ainda maior de suas exportações, como facilitadora de pagamentos internacionais e exportadora, no que puder, de insumos industriais em particular (em parte não vai poder, pois não tem a tecnologia).

Aleksachenko diz que os russos esperaram grande ajuda da China quando foram submetidos às sanções motivadas pela anexação da Crimeia (2014). Tiveram apenas pequena ajuda. Não há motivos para acreditar que a posição chinesa mude agora, diz Aleksachenko.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

39

Redução no IPI alivia mais preço de carro de valor maior

Eduardo Sodré são paulo

A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) começa a chegar aos automóveis, mas o impacto será de fato percebido em modelos de maior valor. No segmento de entrada, os descontos serão, em geral, inferiores a R\$ 1.000.

É o caso do Renault Kwid Zen (R\$ 59.890), que atualmente é o carro mais em conta do país. Segundo cálculo feito pela consultoria Bright, a alíquota que incide sobre veículos com motor 1.0 caiu de 7% para 5,71%. Na prática, a mudança representa um desconto de R\$ 725 ou 1,21%.

Já para carros a gasolina com motor acima de 2.0, a alíquota caiu de 25% para 20,38%, de acordo com a Bright. Em um BMW M440i 3.0 turbo, por exemplo, o preço tem um desconto de 2,82%, de R\$ 604.950 para R\$ 587.890.

O decreto federal nº 10.979 foi publicado na sexta (25), e a regra prevê uma redução de até 25% na alíquota do IPI. No caso dos automóveis, a diminuição no tributo é de 18,5%, mas há variações de acordo com a eficiência energética, o tipo do veículo e a cilindrada, entre outras características.

As montadoras ainda não definiram suas políticas de precificação com a nova tabela de IPI. A exceção é a importadora Kia Motors, que divulgou uma nova lista de preços nesta quinta (3).

A marca sul-coreana aplicou abatimentos um pouco maiores do que a simples aplicação do novo tributo, já que considerou a oscilação do dólar em seu cálculo. É uma escolha baseada no momento, mas que pode mudar caso a moeda americana seja impulsionada pela guerra na Ucrânia.

O sedã médio Cerato 2.0 flex, por exemplo, teve o preço reduzido de R\$ 132.990 para R\$ 130.490.

"Neste momento de muita pressão de custos e de forte depressão da demanda interna por veículos automotores, entendemos que o Governo Federal acertou ao reduzir a alíquota do IPI", diz, em nota, José Luiz Gandini, presidente da Kia Brasil. "A redução pode ser esse início de recuperação [da economia], ao lado de outras medidas que o setor de importação de

veículos pleiteia." O entusiasmo com a medida pode ser explicado pelas dificuldades que a Kia passou nos últimos anos. A marca foi uma das mais beneficiadas pelas constantes mudanças do IPI durante a gestão de Dilma Rousseff (PT), mas também foi a que mais sofreu com as restrições aos importados no mesmo governo.

Em 2012, foi criado um sistema de cotas com sobretaxa de 30% no IPI de veículos estrangeiros que excedessem os volumes estipulados no programa Inovar-Auto. O sistema vigorou até dezembro de 2017.

Como se vê, o IPI tem sido o principal elemento tributário na composição dos preços de automóveis, e sempre gera dúvidas sobre o real repasse aos consumidores -principalmente quando se trata de redução de valores.

Mas, para Cassio Pagliarini, sócio da consultoria Bright, o momento do mercado deve fazer com que as fabricantes concedam os descontos integrais com base nas revisões das alíquotas.

"Com os aumentos de preços efetuados durante a pandemia e a escassez de componentes, os veículos vinham sendo comercializados até dezembro com margens cheias, tanto para as montadoras quanto para os concessionários. Dentro desse cenário, é provável que a redução do IPI seja repassada integralmente pelas montadoras e importadoras aos consumidores", diz Pagliarini, em nota.

Os dados de vendas no primeiro bimestre estão bem abaixo das expectativas de fabricantes e revendedores. A comparação com os meses de janeiro e fevereiro de 2021 mostra que houve queda de 24,4% nos licenciamentos de veículos leves e pesados, segundo a Fenabrave.

Os motivos para a retração se acumulam. Além do impacto da variante ômicron na produção e no comércio de veículos, o consumidor se depara com o encarecimento do crédito e a **inflação** acima da média para os automóveis.

Segundo a KBB Brasil, consultoria especializada na precificação de carros, os dez modelos mais vendidos do país acumularam uma alta média de 25,4% ao longo de 2021.

Para Cassio Pagliarini, da Bright, a redução do IPI pode proporcionar um crescimento de 100 mil a 150 mil unidades comercializadas durante 2022. O impacto nos preços e nos volumes, contudo, ficará distante das movimentações que acompanharam as reduções de alíquotas do passado.

Eram políticas pautadas no estímulo às vendas em um país que vivia o fenômeno do crédito farto e da alta escala de produção.

Hoje em extinção, os carros populares ocupavam as primeiras colocações em emplacamentos. Por serem menos rentáveis, careciam de grande volume de comercialização para justificar o investimento.

As reduções temporárias nas alíquotas geraram recordes que dificilmente serão batidos. Em maio de 2012, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou um corte de até sete pontos percentuais, de acordo com o modelo e a cilindrada do veículo. Na época, a renúncia fiscal foi estimada em R\$ 2,1 bilhões.

Inicialmente, a benesse deveria durar até o fim do mês de agosto daquele ano, o que gerou uma corrida às lojas. Montadoras faziam promoções do tipo "últimas unidades antes do aumento do IPI".

O resultado: a soma das vendas de veículos leves e pesados chegou a 420,1 mil unidades naquele distante agosto, melhor resultado mensal já registrado. Para comparação, o primeiro bimestre de 2021 terminou com 255,8 mil unidades emplacadas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

39

Governo da Argentina sela acordo de US\$ 45 bi com FMI; Congresso ainda precisa aprovar

A Argentina fechou um acordo de dívida de US\$ 45 bilhões (R\$ 227,1 bilhões) com o FMI (Fundo Monetário Internacional), conforme anúncio feito nesta quinta-feira (3).

"Após intensas negociações, o governo nacional conseguiu selar um acordo com o FMI", disse o Ministério da Economia em **comunicado**.

O Congresso da Argentina ainda precisa aprovar o acordo, que vem após mais de um ano de negociações que pesaram sobre os preços dos títulos e limitaram o acesso do país ao crédito.

O FMI disse em **comunicado** que os dois lados chegaram a um consenso sobre um mecanismo de financiamento estendido.

O acordo, que vai rolar uma linha de crédito fracassada de US\$ 57 bilhões de 2018, é fundamental para o país produtor de grãos estabilizar sua economia atingida pela crise em meio à **inflação** desenfreada e à diminuição das reservas em moeda estrangeira.

A porta-voz presidencial Gabriela Cerruti disse que o tópico mais difícil do acordo foi como aumentar os preços da energia, mantidos baixos por subsídios de cerca de US\$ 11 bilhões no ano passado.

"A questão tarifária foi uma das mais discutidas e intensamente negociadas", disse ela em entrevista coletiva.

"Mas foi alcançado um entendimento e um caminho que atende aos mais vulneráveis e avança na construção de tarifas razoáveis que nos permitem focalizar gastos para gerar emprego e impulsionar a economia." A aprovação rápida no Congresso é fundamental, pois a Argentina corre para finalizar o acordo antes de prazos finais para pagamento neste mês, quando enfrenta um vencimento de cerca de US\$ 2,8 bilhões em compromissos.

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, disse ao Congresso na quarta (2) que, se o acordo fosse aprovado, o país começaria a fazer pagamentos ao FMI em 2026 e os concluiria até 2034.

Em janeiro, o governo da Argentina anunciou que havia chegado a um entendimento de princípio com o FMI para substituir o empréstimo falido de 2018. A chefe do FMI, Kristalina Georgieva, disse na época que ainda havia muito trabalho a ser feito.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839>

BC seleciona nove projetos para o real digital

Nove projetos foram selecionados pelo Banco Central e pela Fenabac (Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central) para participar do Lift Challenge sobre real digital.

O desafio representa um passo avante nos estudos sobre como viabilizar a implementação de uma moeda digital brasileira. Ao todo, foram 47 propostas apresentadas por 43 empresas.

Devido ao curto período de tempo de desenvolvimento, de 28 de março a 29 de julho, algumas proposições foram feitas em consórcio.

Entre os projetos selecionados, estão soluções envolvendo varejo físico (Aave), transações de imóveis ou veículos (Banco Santander), pagamentos offline (Giesecke + Devrient) e inter-operabilidade partir de blockchain, que permite transações internacionais (Itaú Unibanco).

Também foram escolhidas propostas voltadas a um sistema para liquidação de ativos financeiros (Febraban), uso de entrega contra pagamento (DvP) de ativos digitais (Mercado Bitcoin com Fundação CPQD e Bitrust) e uso de internet das coisas para o meio logístico de e-commerce (Tecban).

Completam a lista casos de financiamento rural com rastreamento de transações a partir da programabilidade (VERT, Digital Assets e Oliver Wyman) e de soluções de interação com o mercado financeiro global para pequenas e médias empresas (apresentado por Visa, Consensys e Microsoft).

"As propostas selecionadas nos trazem a oportunidade de debater profundamente os casos de uso da moeda digital brasileira, amadurecendo modelos de negócios baseados nessa tecnologia para dar continuidade ao processo de criação da nossa CBDC [Central Bank Digital Currency, ou moeda digital do Banco Central]", afirma o coordenador do Lift Challenge, Fábio Araújo, em nota.

Os escolhidos buscam resolver questões que são entraves para a implementação da versão virtual do real, como liquidação de transações com ativos digitais (entrega contra pagamento ou DvP) e soluções para câmbio entre moedas (pagamento contra pagamento ou PVP).

Idéias que cobriam o universo de aplicação de internet das coisas (IoT) e finanças descentralizadas (DeFi) também tiveram preferência. Da mesma forma, foram privilegiadas as que buscavam potenciais soluções de pagamento em que tanto pagador quanto recebedor não têm acesso à internet ("dual offline").

Avaliar os casos de uso do real digital estava entre os critérios de seleção, assim como o interesse para a sociedade brasileira. Viabilidade tecnológica e a capacidade de execução nos quatro meses do desafio também foram levadas em consideração.

"Como é um tema de alta complexidade e os projetos precisam de mais maturidade, esperávamos receber uma dúzia de propostas. Foram 47, um número bem acima do previsto", afirmou Rodrigo Henriques, líder de inovações financeiras da Fenabac e coordenador do Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (Lift Lab).

"Os casos de uso foram muito bem desenhados. Essa foi uma surpresa muito grata." O Lift Challenge atraiu empresas brasileiras, mas também recebeu propostas de empresas sediadas em sete outros países - Alemanha, EUA, Israel, México, Portugal, Reino Unido e Suécia.

Recentemente, a criação de moedas digitais entrou no radar de bancos centrais de todo o mundo. De acordo com pesquisa do Atlantic Council, um think tank internacional, 87 países (representando mais de 90% do PIB global) estudam o assunto atualmente. Em maio de 2020, eram apenas 35 nações interessadas.

As Bahamas se tornaram um grande laboratório ao criar o dólar de areia (sand dollar, em inglês), a primeira moeda digital do mundo emitida por um banco central.

Atualmente, nove países já lançaram seus projetos, incluindo a Nigéria. E a China fez experiências com o yuan digital em várias cidades ao longo do último ano.

O Lift Challenge é mais um passo do BC para a implementação do real digital.

Em maio do ano passado, a autoridade monetária divulgou as diretrizes da nova moeda: previsão de uso

em pagamentos de varejo, ausência de remuneração, garantia da segurança jurídica em suas operações e adesão a todos os princípios e regras de privacidade e segurança dos usuários.

Em julho, o BC e a Fenasbac irão divulgar o resultado das propostas já com um produto minimamente viável (MVP, na sigla em inglês). As melhorias podem ser integradas aos pilotos da autarquia.

De acordo com o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, a primeira fase de testes do real digital, sem interação com o público, deve ter início no quarto trimestre deste ano.

Os pilotos devem se estenderão longo do próximo ano, com a inclusão gradual de alguns grupos de clientes.

Diferentemente das cripto-moedas, como o bitcoin ou o ethereum, o dinheiro virtual emitido pelo BC seria semelhante ao papel-moeda, assegurado e gerido pelo Estado. Os outros ativos digitais não têm garantias, não são regulados pela autoridade monetária e não são aceitos amplamente no comércio.

Já a diferença entre o papel-moeda e o real digital é que este não poderá ser convertido em cédulas. O cidadão receberá códigos gerados pelo Banco Central indicando os valores correspondentes.

Segundo a autarquia, a moeda digital deve estimular a inovação e a concorrência no ambiente virtual, bem como inibir a lavagem de dinheiro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49839&anchor=6451214&pd=4f35e02401c6008e06d6993262a8faab>

Após crescer 46% em 2021, crédito imobiliário deve frear

Depois de crescer 46% no País, chegando a R\$ 255 bilhões em 2021, o crédito imobiliário tende a frear em 2022, conforme a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). Diante da alta da taxa básica de juros (Selic), os bancos e as entidades de financiamento ao segmento dão como certa a desaceleração do crédito neste ano. A subida dos juros elevou as taxas que as instituições financeiras cobram dos clientes, o que contém o ímpeto para novos projetos. A **inflação** também deve reduzir a propensão do consumidor a comprar imóveis em 2022.

O crescimento em 2021 foi puxado pelos financiamentos com recursos da poupança, que subiram 66% em relação a 2020. O financiamento via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caiu 3%.

O recorde deve ser renovado em 2022, mas sem placar elástico. A Abecip espera que o financiamento cresça 2%, com um declínio de 5% nas concessões via poupança. "Temos um ano de desafios: o **PIB** vai desacelerar, o desemprego pode ter um pouco de aumento, temos a **inflação** ainda sustentada e níveis de confiança com tendência de redução", diz o presidente da entidade, José Ramos Rocha Neto.

Nos bancos, a percepção é semelhante. "Sem dúvida (vai desacelerar), e a redução vem principalmente em função do aumento da taxa de juros", afirmou o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, em entrevista no início do mês.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Macron avalia que "pior ainda está por vir"

O presidente francês, Emmanuel Macron, chegou à conclusão de que "o pior ainda está por vir" no conflito na Ucrânia, após ter uma conversa telefônica com o presidente russo, Vladimir Putin, que expressou determinação em continuar a ofensiva e que poderia "tomar o controle" de todo o país, conforme divulgou a presidência francesa.

Em um diálogo que durou uma hora e meia, Putin disse a Macron que a operação russa se desenvolve "de acordo com os planos" e que poderá "intensificar-se" se os ucranianos não aceitarem as suas condições, informou ontem o gabinete do presidente francês.

- A previsão do presidente Macron é de que o pior ainda está por vir, por conta do que Notas da guerra O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou novas sanções ao bilionário Al isher Usmanov e ao porta-voz de Putin, Dmitry Peskov. Além de restrições econômicas, eles terão vistos suspensos. O Reino Unido também impôs punições a oligarcas ligados a Putin. Usmanov e Igor Shuvalov, agora sob sanção do país, mantêm ativos que totalizam cerca de US\$ 19 bilhões, de acordo com comunicado divulgado ontem O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Thomas Barkin, afirmou que a guerra "claramente" terá implicações para o quadro de inflação no mundo MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇO DE EMERGÊNCIA DA UCRÂNIA, AFP Imagem divulgada pelas autoridades ucranianas após ataque russo em Chernigov (norte) o presidente Putin lhe disse -explicou um assessor do presidente francês que preferiu permanecer anônimo.

O Palácio do Eliseu, residência da presidência francesa, indicou que a iniciativa para o contato telefônico entre os dois líderes (o terceiro desde o início da invasão) foi de Putin, que quis "informar" Macron "da situação e intenções, no âmbito de um diálogo sincero" entre os dirigentes.

"Erro" Macron respondeu às acusações de Putin sobre a Ucrânia afirmando que "ele cometeu um grave erro com o regime ucrania-no", que "não é nazista".

- Você inventa histórias, procura pretextos - teria lhe dito Em Dnipro, no centro-leste ucraniano, voluntários se preparam para possível ataque de tropas russas enchendo sacos de areia e usando garrafas para fazer coquetéis-molotovs. A cidade ainda não foi atacada, mas isso não impediu a criação de pequeno exército de civis Em reunião do Conselho de Segurança da

Rússia, o presidente Vladimir Putin prometeu que as famílias dos soldados que morreram na Ucrânia e os soldados feridos receberão indenização. Ele garantiu que vão ser pagos 7,42 milhões de rublos (equivalente a R\$ 344 mil na atual cotação) o presidente francês, segundo o Eliseu.

"Esta entrevista permitiu revisitar as divergências, dizer a verdade ao presidente Putin", mas também, "infelizmente", confirmar "a sua determinação em seguir com a operação militar até ao fim", acrescentou o comunicado da presidência francesa.

"Os ucranianos estão lutando com coragem. Nada está garantido, mas a relação de forças é muito desequilibrada", finalizou o Eliseu, ao apontar o "pessimismo" de Macron ao final da discussão.

O presidente francês ainda reafirmou sua intenção de "apertar" as sanções" contra a Rússia, já que é "ferramenta muito poderosa, como se viu com a queda do rublo (moeda russa)".

Os dois maiores grupos automotivos do mundo, Toyota e Volkswagen, anunciaram ontem a suspensão de suas produções na Rússia, em razão da guerra na Ucrânia A gigante sueca de móveis Ikea também anunciou a suspensão de suas atividades na Rússia e em Belarus, afetando cerca de 15 mil funcionários, 17 lojas e três fábricas de produção, em razão da guerra A promotoria do Tribunal Penal Internacional, em Haia, confirmou que abrirá imediatamente investigação sobre possíveis crimes de guerra cometidos na Ucrânia, após pedido de 39 Estados membros da Corte

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

A economia é o maior problema a ser enfrentado

Seis dos dez problemas que mais preocupam os brasileiros e que devem ser enfrentados como prioridade pelo governo, neste ano, têm viés econômico. No topo da lista, o combate à pobreza e o aumento do salário mínimo, segundo a pesquisa Brasileiros e Pós-Pandemia, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os dois problemas foram citados por 45% e 31%, respectivamente.

Brasileiros pedem prioridade ao combate à pobreza

A lista reflete como o "brasileiro comum" percebe que a economia está andando, segundo o gerente executivo de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles. E a economia, a seu ver, "está andando de lado". Além do desemprego e da **inflação**, a lista inclui como prioridade a ser enfrentada o controle da **inflação**, a corrupção, a geração de empregos e o crescimento da economia.

"O brasileiro sente os efeitos da **inflação** no supermercado e nas contas de energia e transporte. O número de pessoas trabalhando está aumentando, mas em ritmo insuficiente para atender a quantidade de pessoas procurando trabalho, o que dá a sensação de que o desemprego não recua", diz Mário Sérgio.

Quando o recorte da pesquisa é apontar os principais problemas do país, os 2.016 brasileiros entrevistados pelo Instituto FSB indicam o desemprego e o custo de vida nas primeiras colocações, com 41% e 40% respectivamente. A corrupção vem em depois, registrando 30%, acompanhada da pobreza, com 19%.

Frente à crise econômica, o levantamento aponta a educação em quinto lugar entre os maiores problemas do país. A saúde figura na oitava lugar do ranking, enquanto a segurança nem sequer aparece entre as dez primeiras posições. Para 2022, ela é o 17º em uma lista de 23 problemas.

No Sul, Norte e Centro-Oeste, o custo de vida aparece em primeiro lugar. O desemprego é o principal problema apontado no Sudeste e do Nordeste.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/03/a-economia-e-o-maior-problema-a-ser-enfrentado.html>